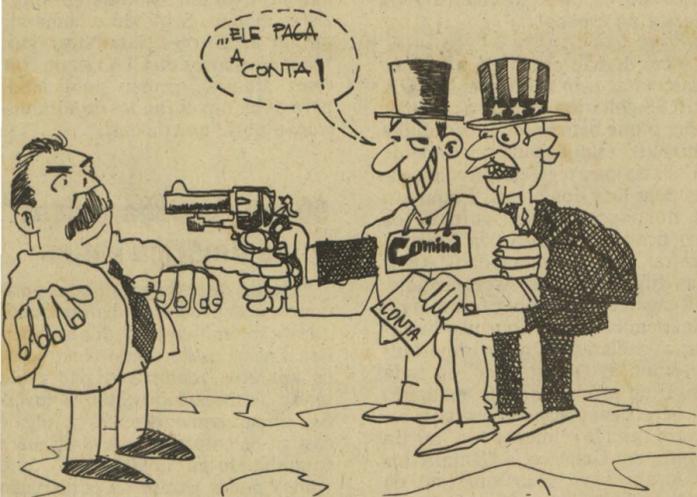


# Tribuna Operária

ANO VII - Nº 245 - DE 2 A 8 DE DEZEMBRO DE 1985

Cr\$ 1500

## Brasil não aceita pagar dívida externa do Comind



Rompendo a tradição entreguista dos tempos da ditadura, o governo Sarney diz que não paga as dívidas do grupo Comind, Auxiliar e Maisonnave (que foram a pique) junto a bancos estrangeiros.

Os imperialistas, "furiosos", ameaçam dar o troco nas renegociações de janeiro. Recoloca-se, com nova ênfase, o grande problema da dívida: pagar ou não pagar. **Página 10.**

## A luta pela Constituinte ingressa numa nova etapa

Com a convocação finalmente votada, o debate constituinte entra no breu. **Página 4**

## Goldman propõe rendição aos bancos imperialistas

Em debate o escandaloso projeto do líder do PCB na Câmara, que abre as portas do setor bancário ao capital estrangeiro. **Pág. 5**

EDITORIAL

## Falsos democratas

Desde maio que a regulamentação do direito de organização partidária arrasta-se injustificadamente no Congresso Nacional. Os pretextos são tão variados quanto inconsistentes. Alega-se que não seria oom a proliferação de partidos, que o Parlamento teria dificuldades de funcionar com muitas bancadas, que é preciso fechar logo o prazo de filiação partidária dos futuros candidatos ao pleito de 1986. Manobras de bastidores cuidam também de dificultar a coligação de legendas ao nível dos cargos proporcionais, assim como de colocar empecilhos para a representação dos pequenos partidos no Congresso.

Revela-se deste modo um vezo autoritário, que concretamente serve para limitar as possibilidades das diversas correntes de opinião se manifestarem. Os chamados grandes partidos, na defesa de seus interesses de grupo atropelam os anseios de mudanças democráticas dos brasileiros. E com isto agem na prática contra a efetivação de uma Constituinte realmente livre e soberana.

A Carta Magna que o Brasil espera só pode ser representativa da correlação de forças existente na sociedade se as mais diversas correntes de opinião pública tiveram como se expressar organizadamente. Seria ilusório pretender que cada cidadão isoladamente pudesse se fazer ouvir e interferir nos trabalhos da Constituinte. Isto terá que ser feito através dos partidos políticos que, no processo de preparação e na campanha eleitoral, expõem suas idéias e propostas ao povo e recebem nas urnas a aprovação dos eleitores, elegendo seus representantes na Assembléia.

Como existe um movimento de mudanças políticas na sociedade, com o deslocamento de forças no sentido democrático, e só recentemente foi possível a organização legal de vários partidos, não há justificativa razoável para a tenta-

tiva de restringir os prazos de filiação. A única explicação para isto é o desejo de certos caciques imporem sua máquina já montada nos grandes partidos, ceceando o direito dos que se rebelam contra suas ordens de procurar outras legendas para encaminhar seus programas. Só com a liberdade de mudar de partido foi possível aos democratas em Recife, por exemplo, demonstrar que a direita do PMDB pernambucano estava contra os interesses populares ao fazer acordos com o PFL e impedir a candidatura Jarbas Vasconcelos.

O que corresponde à necessidade concreta do país em nossos dias é, por um lado, a mais ampla liberdade de organização partidária, sem qualquer entrave; e, por outro, como complemento indispensável, o direito irrestrito de coligação em todos os níveis. Com isto, todas as propostas e idéias, furiosamente reprimidas pelos generais durante as duas décadas de ditadura, podem vir à luz e serem abertamente discutidas pelo povo. Ao mesmo tempo, para garantir a vitória dos democratas mais consequentes contra a direita, os diversos partidos podem se unir em torno de candidatos comuns sem perderem sua identidade.

Muitas das restrições à liberdade partidária dirigem-se contra os comunistas. São continuidades das discriminações praticadas contra o PC do B inclusive durante a campanha para o pleito de 15 de novembro. Mas, queiram ou não os seus encabeçadores, estas manobras atingem os propósitos maiores da Nova República; prejudicam amplos setores dos grandes partidos, que hoje têm pelo próprio processo de luta um caráter frentista; e sabotam os interesses da democracia. Tudo isto mostra que daqui para frente, pela ação de massas, o povo terá a grande tarefa de romper os obstáculos da direita e dos falsos democratas.



O general Medeiros (à frente) é citado como um dos responsáveis pela tortura durante a ditadura militar.

## Medeiros encabeça lista da tortura

Autores do livro "Brasil. Nunca Mais" divulgam lista de 444 torturadores, entre eles o general Otávio Medeiros, ex-chefe do SNI, hoje no Comando Militar da Amazônia. **Página 3.**

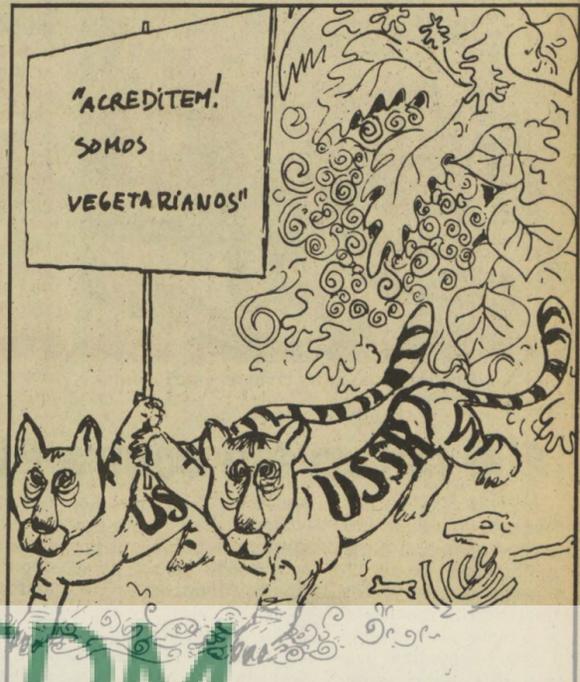
## Camponeses preparam seu Congresso

Pela primeira vez, a diretoria da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura será eleita em um congresso, que debaterá também o prosseguimento da luta pela reforma agrária e a nova versão, recuada, do PNRA do governo. **Pág.6**

INCRÍVEL:

## Em Camaçari o PDS falsifica uma frente!

Uma xerox grosseiramente montada, publicada como matéria paga em todo o país, tenta caluniar o prefeito que o povo da cidade elegeu. **Página 5**



Superveniências: Genebra  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois  
Gorbachev, P.2



O exército foi às ruas no dia do pleito que deu vitória ao candidato do partido no poder

## Honduras elege presidente sob ocupação militar

Honduras acaba de realizar eleições presidenciais. Ao que tudo indica, José Azcona, do Partido Liberal (no poder), é o novo presidente. As eleições foram realizadas em um país ocupado militarmente pelos Estados Unidos - e isso não foi assunto dos debates eleitorais! Os casuismos também marcaram presença no pleito.

Honduras tem-se caracterizado como o principal aliado norte-americano na América Central, principalmente em seus designios contra a Nicarágua sandinista. Mas nenhum dos candidatos à presidência colocou em questão este fato. Pelo contrário, os nove candidatos à sucessão do presidente Roberto Suazo Córdoba juraram ser fiéis aliados do imperialismo ianque. E o provável presidente eleito, José Azcona, já declarou que será "flexível" com os EUA, defendendo "estreitos vínculos" com o país de Reagan.

Uma das principais bases de apoio dos mercenários contratados pelo governo Reagan para atacar a Nicarágua, Honduras, poderá agora, contudo, ter algumas pequenas flexões na sua política

externa. Azcona afirma que "se ficar provado" que os anti-sandinistas "se utilizaram do território hondurenho para lutar pela derrubada do regime nicaraguense", ele vai declarar ilegal a presença dos "contra" em seu país. Ele prometeu igualmente apoio ao grupo de Contadora, que procura uma solução "negociada" para os conflitos na América Central - em especial, as agressões contra a Nicarágua e a guerra civil em El Salvador.

São poucas as informações sobre os projetos de Azcona para a política interna hondurenha. O próprio quadro político do país deve ter sofrido alterações com o pleito de 24 de novembro. Afinal, o candidato apoiado pelo presidente Córdoba, Oscar Merjía Arellano, também do Partido Liberal, foi derrotado. A vitória

de Azcona garante a manutenção do PL no poder, mas está sendo contestada pelo Partido Nacional, cujo candidato, Rafael Leonardo Calleja, foi o mais votado do pleito. Acontece que somente após a eleição o Tribunal Eleitoral decidiu que o presidente seria o candidato do partido mais votado, e não o candidato mais votado. Além do presidente, foram eleitos três vices, 132 deputados e 284 prefeitos.

Honduras amarga imensa miséria. É o país mais pobre do Continente, depois do Haiti. Cerca de 20% da população - que formam a oligarquia crioula - abocanharam 70% da renda do país. E os opositores sofrem feroz repressão: entre 1979 e 1984, mais de 200 democratas "desapareceram" depois de capturados pelo aparato repressivo do governo. Aliás, Azcona prometeu "estudar" o caso dos "desaparecidos".

Com uma dívida externa de 2 bilhões de dólares e uma população de 4 milhões de habitantes (dos quais, 1,6 milhões de analfabetos), a dependência de Honduras em relação aos EUA se dá em todos os campos. E os EUA sempre acionam os militares para derrubar os governos civis, quando estes fogem de seus ditames. Honduras só perde para a Bolívia em golpes de Estado: o país já viveu sob 127 governos desde 1821, quando conquistou a independência política em relação à Espanha.



Os EUA multiplicam suas ações militares em Honduras

## 500 mil no ato contra Pinochet

Cerca de 500.000 pessoas participaram de uma manifestação em Santiago do Chile, no dia 22, exigindo o retorno da democracia. A manifestação marcou o lançamento de uma campanha pela realização, no próximo ano, de eleições diretas para a presidência da República e para o Congresso (Não há eleições no país desde 1973, quando o

presidente Salvador Allende foi deposto por um sangrento golpe militar encabeçado pelo general Augusto Pinochet).

Por outro lado, entrou em vigência, no dia 24, uma modificação ao código penal permitindo que os membros das Forças Armadas e da polícia, acusados ou testemunhas de delitos julgados pela

justiça civil, sejam interrogados em suas residências. Recentemente - depois que um juiz civil acusou nove policiais, dois deles coronéis, de envolvimento no seqüestro e degolamento de três opositores - o governo promulgou uma lei que permite aos militares e policiais cumprirem suas penas recolhidos nos quartéis.

## Nem a propaganda conseguiu salvar a reunião de Genebra

Depois de dois dias de conversações, Reagan e Gorbachev encerraram a reunião de cúpula de Genebra sem nenhum acordo assinado. Apesar do clima de otimismo criado para o encontro, das demonstrações de cordialidade e do próprio tom amistoso da declaração conjunta divulgada por EUA e URSS, nas entrelinhas e nos gestos é possível vislumbrar a continuidade da corrida armamentista.

Depois do silêncio total que cercou a reunião, a imprensa foi bombardeada por assessores de ambos os lados dando conta da "simpatia" que se instalou entre Reagan e Gorbachev. Todos se puseram de acordo em que a melhor parte da reunião teriam sido os encontros isolados entre os líderes das duas superpotências.

### "DIVERGÊNCIAS" PERSISTEM

Mesmo o otimismo das delegações soviética e norte-americana é moderado. Donald Regan, secretário americano do Tesouro, chegou a relatar que nas conversas em que participaram assessores houve discussões áspers e socos na mesa. George Shultz, secretário de Estado dos EUA, avisa que ainda não é hora de lançarmos os chapéus para o ar.

O fato é que procurou-se criar uma atmosfera de ufanismo que não correspondia à realidade. O próprio Reagan, ao final do primeiro dia de debates, dizia que "existem muitas coisas que nos dividem". Gorbachev, em discurso que pronunciou ao encerramento da conferência, afirma: "Devemos ser realistas e dizer sem rodeios que não foi possível nesta reunião encontrar soluções para as questões mais importantes relacionadas à tarefa de pôr fim à corrida armamentista e fortalecer a paz". O próprio texto da declaração conjunta reconhece que "persistem divergências sobre alguns problemas críticos".

Se para o imperialismo interessava apresentar a cúpula de Genebra como um sucesso, a leitura das entrelinhas das declarações dos dirigentes das superpotências faz crer no contrário. Reagan, por exemplo, prometeu respeitar o acordo de 1972 que proíbe a instalação de armas antimísseis na Terra ou no espaço. Mas finca o pé em seu projeto da "guerra nas estrelas".

### ALFINETADAS SUTIS

As tais "divergências" vieram à tona nos discursos pronunciados por Reagan e Gorbachev no encerramento das conversações, onde a cordialidade cedeu lugar a uma sutil troca de alfinetadas. O presidente norte-americano conclama seu rival a "passar a arsenais defensivos não nucleares". O dirigente soviético, na mesma linguagem, responde pedindo "uma paz duradoura entre nossos povos, uma paz alicerçada na Terra e no espaço".

Além de não chegarem a assinar qualquer acordo sobre armas, EUA e URSS voltaram a trocar acusações sobre o que batizaram de "conflitos regionais" - sua disputa por áreas de influência nas regiões convulsões pela luta dos povos. Enquanto os norte-americanos culpam os soviéticos pela situação da América Central, estes reclamam da CIA por suas dificuldades no Afeganistão.

Reagan e Gorbachev foram unânimes em considerar que não bastavam as declarações, que o importante seriam as "realizações" de cada um. E no próprio dia 20, enquanto os chefes das superpotências conversavam amigavelmente ao pé da lareira, em Genebra, a Câmara dos EUA aprovava mais um lote de ajuda militar aos contra-revolucionários nicaraguenses. Uma amostra do que se pode esperar. (Silvio Queiroz)



## Estude o marxismo-leninismo

### MARX E ENGELS

Sobre literatura e arte .....	20.000
Ideologia alemã .....	21.000
Obras escolhidas em 3 volumes - cada volume .....	42.000
Manifesto comunista .....	9.100
A Comuna de Paris .....	16.000
Sindicalismo .....	24.000
Escritos Militares - Marx/Engels/Lênin .....	39.500

### MARX

Origem do Capital .....	26.200
Questão judaica .....	25.000
Formações econômicas pré-capitalistas .....	26.500
Salário, preço e lucro .....	10.400
Trabalho assalariado e capital .....	9.200

### ENGELS

A questão da habitação .....	16.000
Dialética da natureza .....	42.500
Anti-Dühring .....	43.800
O papel do trabalho na transformação do macaco em homem .....	7.800
Origem da família, da propriedade privada e do Estado .....	44.000

### LÊNIN

Sobre os sindicatos .....	20.000
O trabalho do partido entre as massas .....	20.000
O Estado e a Revolução .....	23.100
1905 - jornadas revolucionárias .....	16.000
A revolução proletária e o renegado Kautsky .....	20.000
As 3 fontes e as 3 partes constitutivas do marxismo .....	15.000

Pedidos com o envio do cheque nominal no valor da compra, vale postal ou reembolso postal para compras a partir de Cr\$ 30 mil. Editora Anita Garibaldi, Av. Brig. Luís Antônio, 1511, CEP 01317, Bela Vista, S. Paulo.

## EUA enviam mais armas aos anti-sandinistas

O Congresso norte-americano aprovou, dia 22, um projeto de lei autorizando o presidente Reagan a enviar aos anti-sandinistas aviões helicópteros, veículos de transporte terrestre e modernos equipamentos de rádio, através dos quais a CIA orientará os contra-revolucionários sobre as movimentações das tropas sandinistas. No mesmo dia a chancelaria nicaraguense enviou nota de protesto ao secretário de Estado George Schultz, classificando a ajuda aos contras como uma "guerra injusta e imoral contra o povo da Nicarágua".

Algumas horas depois da decisão do Congresso dos EUA, lanchas e aviões procedentes de Honduras onde os contra-revolucionários somozistas têm suas bases - atacaram dois barcos da guarda costeira sandinista em águas territoriais da Nicarágua.

O governo sandinista informou, ter rechaçado um ataque dos contras em Trinidad, na província de Estelí, quando 150 deles foram mortos. No último dia 24, as tropas sandinistas lutaram durante nove horas contra um comando de cerca de 150 contra-revolucionários da FDN, em Cara de Mono, no departamento de Zelaya, com um saldo de 18 somozistas mortos. Segundo o comando militar da 5ª região da Nicarágua, "os mercenários da CIA visam, com esses ataques, ganhar publicidade para obter novos fundos da administração norte-americana".

## 90 mil "desaparecidos" na América Latina

"Muitas esperanças que depositamos nos processos democráticos que estão sendo reiniciados na América Latina estão sendo frustradas: os aparatos repressivos não estão sendo desmantelados, não se investiga imparcialmente e não se julga e castiga os culpados, que continuam caminhando por nossas ruas. Como vamos poder garantir a construção de democracias que respondam verdadeiramente aos interesses populares, se não julgamos e condenamos aos culpados? Eles se levantarão a qualquer momento, para voltar a matar e a reprimir".

Essas considerações foram feitas pela boliviana Loyola Guzman, presidenta da Federação Latinoamericana de Associações de Familiares de Detidos - desaparecidos, no encerramento do 6º congresso da entidade, realizado em Montevidéu. Segundo estimativas da Federação, cerca de 90.000 pessoas desapareceram no Continente por razões políticas.

## Lider guerrilheiro é metralhado na Colômbia

Oscar William Calvo, dirigente do Exército Popular de Libertação (EPL) da Colômbia, foi assassinado no final da noite de 21 de novembro, no centro de Bogotá. Calvo acabava de dar uma entrevista coletiva na capital colombiana, quando foi surpreendido por um comando militar que o matou com 17 disparos de metralhadoras.

Membro do comitê executivo do Partido Comunista da Colômbia (marxista-leninista), Calvo assinou, em nome do EPL, a "trégua" com o governo Betancur em 1984. Mas desde então têm sido constantes as violações do acordo por parte do Exército. Na entrevista coletiva, momentos antes de seu assassinato, Calvo havia advertido o governo contra as "contínuas emboscadas" realizadas pelo Exército contra o EPL e afirmando que "se o Exército quer guerra, terá guerra".

## Falece a dirigente comunista Elena Odena

Faleceu, dia 10 novembro, após longa enfermidade, a dirigente do Partido Comunista da Espanha (marxista-leninista) Elena Odena. Estudante na Inglaterra, aos 15 anos Elena organizou e dirigiu a Juventude Comunista da Espanha naquele país e, nos fins dos anos 40, ingressou no PCE, ocupando postos de responsabilidade na organização do partido na emigração e no exílio. Nos anos 60, quando a direção do PCE impôs antidemocraticamente, no VI Congresso, a "reconciliação nacional" e abandonou os princípios do marxismo-leninismo e da revolução, Elena Odena, juntamente com outros revolucionários, encabeçou a luta contra os revisionistas no seio do partido, através do grupo "A Centelha" e depois participando ativamente na fundação do PCE (m-l), em dezembro de 1964, sendo desde então dirigente do partido. Odena participou também da fundação da Frente Revolucionária Antifascista e Patriota, em 1971.

CDM

Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois

# Reação tenta anular vitória oposicionista em Camaçari

As forças reacionárias da Bahia até agora não se conformaram com a vitória eleitoral do candidato popular Luís Caetano para a prefeitura de Camaçari - importante centro operário do Estado. Na semana passada, uma demonstração de desespero, publicaram um documento falso, em matéria paga a vários jornais do país, sob o título "Acordo político".

O documento, uma montagem sinistra e grosseira, fala de um suposto acordo entre Luís Caetano e o vereador José Ellis, do PTB. Versa o texto que, em troca da participação do vereador na campanha oposicionista, o prefeito eleito teria se comprometido a pagar Cr\$ 100 milhões; a nomear duas pessoas de confiança do petebista para o secretariado municipal, e a credenciar sua clínica particular junto ao Inamps.

O mesmo documento já havia sido distribuído em larga escala antes do pleito de 15 de novembro. Só que a tentativa de desgastar a candidatura de Luís Caetano, que era apoiada por um amplo leque de forças progressistas (PMDB, PC do B e outras), não surtiu efeito. O povo logo identificou o ordinário e sujo material como mais uma velharia apócrifa de Humberto Hellery, prefeito biônico e corrupto do município - que era considerado "área de segurança nacional". Tanto que nas eleições Luís Caetano venceu folgadamente o candidato do PDS, José Tude.

Agora, no entanto, as forças reacionárias voltam a investir furiosamente para tentar anular o resultado do pleito democrático. Numa campanha articulada, o deputado pedesista Jorge Arbaje faz discurso raivoso na Câmara Federal denunciando "a fraude do PMDB em Camaçari". O PDS baiano entra com pedido de anulação do pleito na Justiça Eleitoral do Estado. E as forças reacionárias publicam matéria paga nos jornais de maior circulação do país.

## FARSA GROSSEIRA

Mas a ofensiva da reação não tem as mínimas condições de sustentação ou de êxito. O documento que serve de argumento aos reacionários é uma falsificação grosseira, mal feita, de baixo nível.

No documento, a data do suposto acordo é anterior ao próprio lançamento oficial da candidatura de Luís Caetano pelo PMDB. Lê-se na cópia xerocada e não autenticada do



Caetano quer que os responsáveis pela falsificação sejam punidos

documento falso a data de 9 de agosto, quando a convenção que indicou o candidato peemedebista ocorreu um dia depois. A falsificação diz ainda que o acordo foi firmado pelos dois supostos acordantes, mas no entanto esquece de trazer a assinatura de José Ellis. E mesmo a assinatura de Caetano vem com a grafia errada, numa demonstração inequívoca do trabalho mal feito dos falsificadores.

"O que eles fizeram foi pegar um papel timbrado da Câmara Municipal, bater os termos do tal acordo e copiar a minha assinatura dos panfletos da campanha eleitoral", denuncia Luís Caetano, o novo prefeito de Camaçari. "O tal documento não existe. Trata-se de fotocópia de uma montagem feita provavelmente pelos divulgadores da candidatura oficial", argumenta o vereador José Ellis. Para ele, "tudo não passou de uma farsa com a finalidade de abalar a nossa credibilidade e a do novo prefeito eleito, pensando assim em dar um golpe eleitoral".

Tanto o prefeito Luís Caetano como vereador petebista querem que tudo seja averiguado pela justiça e que os responsáveis pelo documento

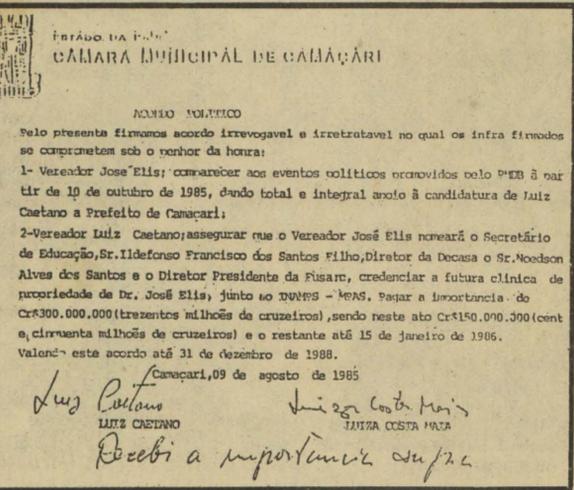
falso sejam severamente punidos. José Ellis, numa prova inequívoca de sua idoneidade, chega a afirmar que "renunciarei a meu mandato de vereador se conseguirem exibir o original desse documento. Reafirmo que ele não existe, é apenas uma fraude".

## GOLPE SUJO DE ACM

Em pronunciamento no Congresso Nacional, no dia 25, o deputado Haroldo Lima, do PC do B, também denunciou de forma veemente a trama da reação em Camaçari e acrescentou novas relações ao caso. Segundo ele, o responsável pela falsificação é o ex-governador Antônio Carlos Magalhães. Prova disso, é que o documento foi elaborado em nome da empresa publicitária Propeg, que trabalha para o atual ministro há vários anos. Haroldo acrescentou ainda que para divulgar o documento falso na imprensa foram gastos cerca de Cr\$ 700 milhões, extraídos dos cofres do governo do Estado.

O deputado comunista não se surpreendeu com a investida da reação. "Sabíamos que uma das vitórias eleitorais que mais atormentaria aos reacionários e aos corruptos da Bahia seria a de Camaçari. Ali, uma escumalha dirigida por um tal de Humberto Hellery mamou nas tetas da prefeitura o quanto pode, nos últimos 11 anos de ditadura militar. E de repente, sob o escárnio da opinião pública, aquele bando de falsários foi expulso da prefeitura pelo voto popular. Estrebuchando, a quadrilha corre a tentar denegrir a grande façanha do povo de Camaçari".

Haroldo finaliza de forma enfática: "O sr. Antônio Carlos Magalhães é o responsável por todas estas tramóias. Ele é o "Estranho do Ninho" na Nova República. Com seu método, comporta-se como um agente infiltrado de um velho regime em um governo novo. Estes estelionatários da política ainda serão desmascarados".



Fac-símile do documento: uma montagem grosseira e sinistra

# Legislação partidária continua indefinida

Continuava sem solução, até o momento em que encerramos esta edição, a problemática da Lei dos partidos no Congresso Nacional. Interesses de grupo impediam o avanço de uma questão básica da democracia, a liberdade de organização partidária, no Congresso Nacional.

Na noite de 27 de novembro, as lideranças de todos os partidos políticos com representação no Congresso haviam chegado a um acordo. Na manhã seguinte seria apresentado um projeto de lei determinando: prorrogação do registro provisório de todos os partidos políticos até a eleição da Constituinte, em 15 de novembro de 1986; direito a coligação partidária inclusive dos candidatos a deputado estadual e a deputado federal; direito de uso de horário gratuito na TV, a nível nacional, para todos os partidos com parlamentares no Congresso e, a nível estadual, para os que tenham parlamentares na Assembléia Legislativa; prazo de oito meses antes do pleito para a troca de legenda e de seis meses para filiação partidária de candidatos.

Esse acordo, previamente acertado, visava desobstruir a ação do partidos registrados a partir de maio deste ano. Mas, na manhã seguinte, o líder do PMDB, Pimenta da Veiga, simplesmente recusou-se a assinar o projeto de lei, rompendo o acerto de algumas horas antes. Setores da cúpula peemedebista preferiram fazer prevalecer seus interesses próprios, mesmo acarretando prejuízos para o projeto democrático brasileiro.

"A protelação é perigosa", analisa o deputado Haroldo Lima, líder do PC do B no Congresso. "Os partidos políticos com registro recente são prejudicados com essa situação. E a própria campanha pela Consti-

tuinte pode se ressentir por isso", afirma. No final da tarde de quinta-feira continuava o impasse. Não estava assegurado nem mesmo se a questão da filiação partidária e dos registros partidários seria resolvida ainda este ano ou postergada para 1986.

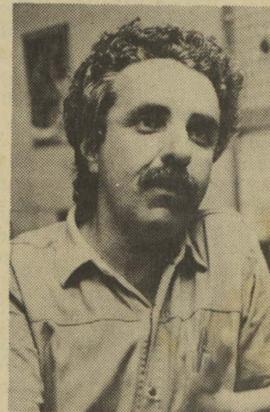
O episódio aumenta de gravidade na medida em que é mais um elemento a obstaculizar o

desenvolvimento dos trabalhos no parlamento. Desde maio setores enquistados no aparato do Congresso buscam dificultar seus trabalhos, para não verem ameaçados seus interesses e privilégios. Em decorrência, estão ainda vigentes - embora em desuso - restos da legislação de arbítrio do regime militar, como a Lei de Imprensa, a Lei de Segurança Nacional etc.

## Fortalecer os partidos

A questão da liberdade partidária vem sendo objeto de debates no Congresso Nacional desde maio, quando a Nova República possibilitou o surgimento de novos partidos e a legalidade de organizações mantidas na clandestinidade, como o PC do B. Mesmo agora, após a convocação da Constituinte, o tema centrou as atenções no Congresso, e as forças progressistas tiveram que se desdobrar para impedir manobras que cerceassem a efetiva liberdade de organi-

zação. O deputado José Luís Guedes (PMDB-MG), em meio às discussões sobre essa questão, fez um pronunciamento no Congresso onde ressaltou: "Para que a Constituinte seja realmente livre e soberana, a Nova República precisa criar condições a fim de que os partidos políticos e, sobretudo, a sociedade, possam optar pelos projetos políticos e propostas à sociedade. Os partidos políticos estão sendo valorizados, na medida em que consideramos necessário que todos aqueles que pretendem chegar à Assembléia Nacional Constituinte passem pelos partidos". Para Guedes "é imprescindível que o prazo de filiação partidária seja dilatado ao máximo para que, exatamente a sociedade, diante de uma lei e da existência dos partidos que pretendem manifestar-se neste momento constituinte, possa fazer sua opção". O deputado mineiro considera inadmissível que a lei dificulte "a filiação de novos militantes, de novos cidadãos a esta nova ordem partidária" em condições de candidatar-se à Constituinte.



Guedes: dilatar prazo de filiação

# Lula pede fim do "preconceito" contra o possível aliado Maluf

O "sucesso" nas eleições de 15 de novembro (da qual saiu com um pouco menos de 10% dos votos) parece mesmo ter subido à cabeça da direção nacional do PT. O partido decidiu, agora, lançar-se de corpo e alma na campanha pelas eleições diretas para presidente em 1986 e, segundo seu presidente, Luís Ignácio Lula da Silva, deverá aliar-se até mesmo ao deputado trombadinha Paulo Salim Maluf para alcançar esse objetivo.

Na opinião de Lula, é preciso acabar com os preconceitos

contra tudo que foi feito por Maluf. "Isso é hipocrisia", comentou durante uma de suas últimas entrevistas à imprensa. Não é de admirar. Durante a campanha para presidente da República pelo Colégio Eleitoral, Paulo Maluf não poupou elogios aos petistas, pela conduta "coerente". Mais recentemente, nas eleições para a Prefeitura de São Paulo, o deputado pedesista teve novas loas ao PT. Como se vê, Lula está apenas devolvendo amabilidades.

Na quarta-feira da semana

passada, foi a vez do ex-ministro Delfim Netto (o homem da "Embaixada 10%", que pretende candidatar-se a deputado à Constituinte pelo PDS), revelar ao "Estadão" que poderá aliar-se a candidatos do PT ou do PDT nas próximas eleições. Desta forma, a aliança do PT com as forças de direita, que até o momento vem ocorrendo de forma objetiva para o combate às mudanças promovidas pela Nova República, poderá resvalar para acordos abertos e descarados em torno de objetivos não menos escusos.

# General Medeiros também é torturador

O general Otávio Aguiar de Medeiros, ex-ministro chefe do SNI e atual comandante militar da Amazônia, acusado de mandante do assassinato do jornalista Alexandre Von Baumgarten, é também um torturador de presos políticos, segundo o levantamento feito pela comissão que pesquisou e editou o livro "Brasil Nunca Mais".

A comissão, ligada à Cúria Metropolitana de São Paulo, divulgou há poucos dias uma lista contendo o nome de 444 militares denunciados pela prática de tortura a presos políticos nos depoimentos de 1.843 pessoas, prestados em 707 processos julgados nas auditorias militares.

O general Medeiros é acusado de tortura em dois proces-

sos, o de número 7369, na 4ª CJM em Juiz de Fora e o de nº 2069, da 1ª CJM, no Rio de Janeiro. Ele comandou a operação de caça aos militantes da Colina (Comando de Libertação Nacional), em 1969.

## CRIMINOSOS

Ao lado de Medeiros, aparecem na lista de torturadores dois outros generais de exército: Ferdinando de Carvalho, atualmente na reserva, e Mário de Melo Matos, até há pouco tempo embaixador do Brasil no Paraguai de Stroessner.

Outros nomes conhecidos pelo envolvimento no assassinato de Baumgarten também estão entre os 444 torturadores. É o caso, por exemplo, do coro-

nel Ary Pereira de Carvalho e do capitão Aylton Guimarães, denunciados no inquérito como integrantes da "Operação Dragão", que consistiu da prisão, interrogatório, tortura e assassinato do jornalista.

Também aparecem na lista o coronel José Ribamar Zamith, apontado como responsável pelo seqüestro do bispo dom Adriano Hipólito e de participação no atentado do Riocentro; o cabo Mário Antônio Polvorelli, contraventor; o major Benome de Arruda Albernaz, que chegou ser preso como grileiro; o coronel Brilhante Ustra, que ganhou notoriedade quando encontrou-se com a deputada Bete Mendes e foi reconhecido como torturador em Montevidéu, onde é "adido", e muitos outros.

Praticamente todos os militares acusados continuam ocupando posições de chefia nas Forças Armadas, Polícia Federal, SNI e outros órgãos repressivos. Medeiros, como já foi dito, é comandante militar da Amazônia; o coronel Ary Pereira de Carvalho, durante um bom período foi adido do SNI na OIT e hoje continua no "Serviço", lotado na agência de Belo Horizonte; o capitão Aylton Guimarães comanda o jongo de bicho no Rio de Janeiro e mantém estreitas ligações com o aparelho repressivo. Constituem uma força expressiva e poderosa de extrema direita, que atua em nome da manutenção das liberdades populares e

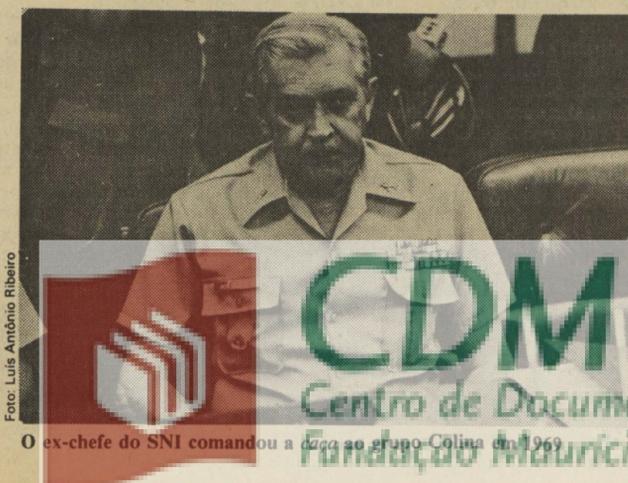


Foto: Luís Antônio Ribeiro

O ex-chefe do SNI comandou a caça ao grupo Colina em 1969

EDITORA ANITA GARIBALDI

**PC do B**

**DOIS CAMINHOS OPOSTOS**

**"PCB"**

Rogério Lustosa

A vitória do povo contra o regime militar criou uma nova situação política no país. Com a democracia todos os partidos até então clandestinos apresentam-se legalmente, difundindo seus programas.

O povo brasileiro defronta-se então com a existência de duas organizações que se declaram comunistas. O Partido Comunista do Brasil, fundado em 1922, e o "Partido Comunista Brasileiro", surgido em 1961.

Este folheto apresenta dois artigos do jornalista Rogério Lustosa, da *Tribuna Operária* e membro da Comissão Nacional do Partido Comunista do Brasil, contendo um breve histórico do processo de divisão e as diferenças essenciais entre os dois partidos.

"PC do B - PCB, dois caminhos opostos" pode ser solicitado à Editora Anita Garibaldi, av. Brigadeiro Luís Antônio, 1511, CEP 01317, São Paulo, ao preço de apenas Cr\$ 2 mil.



Manifestação no centro de São Paulo, agosto de 1977: a Constituinte se impõe como o caminho

## Nova fase da Constituinte

Final está convocada a Assembléia Nacional Constituinte. Delineia-se, com seus prós, seus contras e seus pontos de interrogação remanescentes, a forma que ela terá: data, processo de eleição, proporcionalidade etc. O país, antes tarde do que nunca, passa das discussões regimentais para a fase decisiva do debate constituinte propriamente dito.

Não que as etapas anteriores não tenham sido necessárias e importantes. A eleição da Constituinte, dentro de 12 meses, será fruto de uma marcha que começou quase junto com a resistência à ditadura. Cada estágio desta caminhada teve seus embates, suas vitórias e revezes.

A tese se colocou desde que os generais golpistas esbagaçaram a ordem constitucional vigente em 1966/67. O primeiro texto partidário a defendê-la foi o da 6ª Conferência do PC do B, realizada em agosto de 1966, na clandestinidade, ao propor "uma Assembléia Constituinte livremente eleita". Em julho de 1971, a mesma idéia ecoava fora da resistência clandestina, advogada por Francisco Pinto, Jarbas Vasconcelos, Fernando Lyra e outros "autênticos" num seminário do MDB em Recife. Seis anos depois, em setembro de 1977, sob o impacto do "Pacote de Abril" e de várias cassações de parlamentares, o MDB assumia oficialmente, em Convenção, que "a Constituinte é a voz da Nação que há de ser ouvida".

Por essa época, o regime militar emitia sinais crescentes de que já dera o que tinha que dar. Fatias inteiras das classes dominantes trocavam o governo pela oposição. E a Constituinte se impunha como caminho para a democratização. Deixava o terreno da simples propaganda para se tornar uma bandeira de luta mais definida.

### Nas jornadas de 84 esta bandeira ganhou as ruas

Em 1980, quando o governo Figueiredo adiou as eleições municipais marcadas para novembro, as oposições responderam com manifestações centradas na Constituinte. Mesmo um partido de oposição conservadora como o PP adotou a tese. Apenas o PT, no seu Congresso de fundação, em junho daquele ano, decidiu não incluí-la no seu programa, usando argumentos como o de que "o trabalhador quer saber é das coisas concretas, da farinha com rapadura, e não de uma coisa abstrata como a Constituinte".

Vieram as eleições de 1982, as jornadas memoráveis das diretas-já e da campanha pró-Tancredo em 1984. A bandeira da Constituinte, já com o endosso dos movimentos populares, ganha as ruas e entra como compromisso formal da Aliança Democrática. Com o triunfo da Aliança, em 15 de janeiro de 1985, triunfa também a Constituinte,

"livre e soberana" como sempre defenderam os movimentos populares e como afirma Tancredo Neves no discurso logo após sua eleição.

Dois dias antes, tardiamente, o PT adere à tese da Constituinte, mas para lançar sua palavra-de-ordem de "Constituinte já".

### Ao longo de 85 a discussão sobre formas e meios

Ao longo de 1985, esta extensa caminhada atravessa mais uma etapa, em que o centro são as condições e modalidades de convocação da Assembléia que dará ao Brasil uma nova Constituição.

Boa parte dos debates, nessa fase, se perde em torno de um problema mais formal do que real - entre adeptos da "Constituinte exclusiva" e da "Constituinte congressual". Por fim, o assunto foi resolvido conferindo-se à própria Constituinte, que afinal é soberana e plenipotenciária, a tarefa de fixar como se dará a sua ação legislativa ordinária.

Mas, enquanto isso, perdeu-se um tempo que seria precioso para a limpeza do chamado entulho autoritário - Lei de Segurança

## Alguns prós e contras

Além do fim do regime militar, condição primeira e indispensável à convocação de uma Assembléia Constituinte que mereça este nome, o quadro dos avanços e das limitações na forma da Constituinte se apresenta em resumo da seguinte maneira:

### PONTOS DE AVANÇO

- Com a emenda constitucional de 9 de maio, abriram-se as portas para a livre organização partidária, inclusive dos comunistas.
- A mesma emenda reconhece também o direito de voto dos analfabetos.
- O texto da convocação aprovada pelo Congresso Nacional garante os mais amplos poderes para a Assembléia Constituinte, cujos membros acumulam inclusive as funções legislativas ordinárias, a serem exercidas de acordo com o que a própria Constituinte decidir soberanamente.
- O Tribunal Superior Eleitoral encaminhou na semana passada um plano de recadastramento geral do eleitorado brasileiro, empregando computadores, que pode ter importância decisiva para prevenir a

Nacional, Lei Orgânica dos Partidos, Lei de Imprensa, Lei de Greve, "Salvaguardas Constitucionais" & companhia. A própria proposta de convocação, enviada pelo governo Sarney em 28 de junho, só foi votada pelo Congresso Nacional em 22 de novembro, após novelecas marchas e contramarchas.

Cria-se assim uma situação com dois aspectos. Por um lado, continuam em aberto várias questões que podem restringir o caráter livre e soberano da Assembléia Constituinte (veja o quadro). Por outro lado, a Assembléia está convocada, desde o dia 22, com eleições marcadas para daqui a menos de um ano. E o debate popular sobre o assunto tende a ganhar considerável impulso ao entrar no breu das regras do jogo econômico, social e político que devem vigorar no Brasil.

### Agora, o debate que mais atrai a participação

A partir de agora, e em escala crescente até o próximo 15 de novembro, entrarão em pauta os grandes problemas da crise brasileira: quais os direitos fundamentais do cidadão? O Estado tem o direito de cerceá-los? Como se estruturam e funcionam os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário? Qual o papel das Forças Armadas? Como evitar novos golpes militares? De que forma garantir a liberdade e autonomia dos

sindicatos? E da imprensa? E dos partidos políticos? Como evitar que o salário-mínimo tenha, como hoje, um terço do valor real previsto pela Constituição? Como impedir que um simples ministro possa assinar um contrato com bancos estrangeiros comprometendo a soberania nacional, como fez Delfim Netto em 1983? De que maneira enfrentar, na Constituição, o agudo problema da luta pela terra?

Durante o debate constituinte, cada partido será chamado a expor as suas respostas para estas e muitas outras indagações. Cada entidade sindical, estudantil ou de bairro deverá também convocar suas bases e entrar na discussão, tanto dos problemas específicos de seu setor como daqueles que interessam a todo o país. As circunstâncias políticas, apesar do conservadorismo que ainda mantém tantas posições de mando no país, permitem uma participação popular consideravelmente superior à de qualquer outra Assembléia Constituinte em nossa História.

Os próprios resultados eleitorais do último dia 15 ajudam a compor este quadro favorável. Eles atestam um visível deslocamento do eleitorado para a esquerda, um desejo de mudança que a Nova República até o momento apenas começou a atender.

### Contra as tramas da direita só a ação de massas

As forças de direita desenvolvem desde já uma ação febril para torcer em seu favor esta realidade. Latifundiários montam "caixinhas" para financiar seus candidatos à Constituinte. O poder econômico do capital estrangeiro, dos bancos e monopólios, articula sua influência corruptora. A Prefeitura de São Paulo, única conquista significativa da direita nas últimas eleições, tende a se transformar em base de apoio e ponto de referência para estas manobras. E as hostes conservadoras estabeleceram uma aliança tática com o bloco diversionista - onde entram a direção do PDT e do PT, que lhes servem de reserva indireta.

Para defrontar-se com o poderio da direita, as forças da democracia e muito especialmente aquelas identificadas com o movimento operário e popular contam basicamente com a participação de massas no debate constituinte. Quanto maior for esta participação e mais profunda a discussão, mais consciente será o voto no próximo dia 15 de novembro, mais numerosa será a bancada progressista dentro da Constituinte e maior será o acúmulo de forças do povo trabalhador com o objetivo de transformar revolucionariamente a sociedade brasileira.

## PC do B de Goiânia cresce entre o povo trabalhador

O Partido Comunista do Brasil se fortaleceu consideravelmente durante a campanha eleitoral em Goiânia - onde jogou um papel considerado decisivo para a vitória de Daniel Antônio, especialmente devido à sua atuação de boca de urna, já que a do PMDB praticamente não funcionou.

O crescimento do PC do B se deu principalmente nos bairros periféricos da cidade, habitados por operários e trabalhadores de baixa renda. Numa dessas áreas, a do Distrital Nordeste, o presidente local do partido, Israel Silva Neto, relata que "nos bairros, nós fazíamos filiações de casa em casa, pedindo voto para Daniel, explicando a política do nosso partido e convidando as pessoas para ingressarem em nossas fileiras. O anticomunismo, principalmente na classe operária, praticamente já não existe". Isto se evidenciou também pelo grande número de filiações nos comícios em bairros proletários, em alguns dos quais mais de 200 pessoas entraram no PC do B.

Em Anápolis, onde também houve eleição, o crescimento do partido foi



200 filiados por comício

igualmente significativo e novos militantes, desde o primeiro dia, mostraram garra e disposição para o trabalho. Segundo observa Luiz Carlos Orro, secretário regional do PC do B, "a grande tarefa agora é organizar estes novos filiados. O partido agrega - não pode ficar como um amontoado de filiados. Então, é necessário organizar as células em cada bairro, por empresa, nas escolas, nas universidades etc."

(da sucursal)

## Direita alagoana com medo de 86

Na capital alagoana, depois de quase uma semana de carnaval nas ruas, com o Trio Elétrico Tapajós, para comemorar a vitória eleitoral de Djalma Falcão e José Costa (do PMDB, em coligação com o PSB e PC do B), o ambiente político é de entusiasmo das oposições com as eleições de 86.

A participação decisiva do PC do B no resultado de 15 de novembro último tem sido reconhecida até pelos adversários, da derrotada coligação PDS-PFL. E o prefeito eleito, Djalma Falcão, tem assegurado que governará Maceió junto com as for-

ças políticas que o apoiaram. Enquanto isso, o PDS-PFL consome-se na "lavagem de roupa suja", com acusações mútuas de incompetência, delações e quase brigas - como aconteceu segunda-feira dia 25, numa reunião com todas as suas lideranças na capital e no interior, presentes o governador Divaldo Suruagy e seu estado-maior. Nota-se entre os governistas um pavor visível. A vitória oposicionista em Maceió irradia-se para o interior do Estado e traz ânimo aos democratas para a batalha eleitoral de 86.

(da sucursal)

## PM de Santos prende comunistas

Na noite de segunda-feira, dia 25, um fato que lembra os tempos da ditadura aconteceu em Santos. Três jovens que faziam pichações ao longo da via Anchieta, pela Constituinte livre e soberana, assinadas pelo PC do B, foram cercados por várias viaturas da PM e conduzidos à Polícia Civil. Enquanto isso, o sub-oficial que dirigia a ação - e que não se identificou - fazia ameaças até de morte. Como a Polícia Civil não aceitasse ficar com os presos, o mesmo sub-oficial tentou a Polícia Federal, onde repetiu as ameaças. Os três só foram liberados

no fim da manhã seguinte. A operação policial, desenvolvida à margem da lei, parece espelhar as inquietações da direita enquistada no aparelho repressivo, diante do fortalecimento do Partido Comunista do Brasil na Baixada Santista. Dispondo hoje de uma ampla sede em Santos, e tendo se coligado ao PMDB nas eleições em Cubatão, o PC do B volta a lançar raízes no combativo proletariado da Baixada, multiplicando seus efetivos e sua atividade, para o desespero da reação.



Novo índice não vai ajudar muito

## Governo cria INPC ampliado

O governo decidiu adotar um índice único para o reajuste de salários e as correções, monetária e cambial, a partir de janeiro. O cálculo será feito pelo IBGE com base no INPC ampliado, a ser pesquisado nas maiores cidades do país entre as famílias que ganham até 30 salários mínimos (o que corresponde a Cr\$ 18 milhões).

Até o momento, o reajuste salarial tem por base o INPC simples, medido pela variação de preços numa cesta de produtos consumidos por famílias com renda mensal de até cinco salários mínimos. Já a correção monetária e a cambial correspondem à evolução da inflação ou IGP (Índice Geral dos Preços), em geral aplicado sobre investimentos dos capitalistas.

Nos últimos anos o IGP (que deixará de ser calculado) tem sido sempre maior do que o INPC, acarretando, como disse o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, uma diferença a favor do fínaro e contra os

trabalhadores na correção dos preços. A unificação dos índices, neste sentido, é positiva. Contudo, a modificação da base do cálculo do INPC ampliado poderá acarretar prejuízos para os trabalhadores. Com efeito, isto ocorrerá na medida em que a alta dos preços dos produtos que compõem a cesta básica das famílias que ganham até cinco salários mínimos for superior à das mercadorias consumidas pelos que se situam em faixas salariais maiores.

Neste caso, ocorrerá, sem dúvida, uma injustiça intolerável. Não é novidade que a esmagadora maioria dos trabalhadores brasileiros possui rendimentos inferiores a cinco salários. Não dá para confiar por outro lado, que com esta medida o governo pretende conceder reajustes além das perdas efetivas sofridas. Assim, por isto, ficar atento para a possibilidade de um novo arrocho.

## LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

## Firmar alianças a favor do povo

Depois das eleições de 15 de novembro, alguns políticos divulgam, apressadamente, suas "receitas" para a disputa dos governos estaduais no ano que vem. Uns dizem que a saída é obter uma coligação com o PT em São Paulo. Outros, com considerações semelhantes, chegam à conclusão oposta, de que o segredo seria entabular negociações com o PFL.

## PROJETOS DIFERENTES

Uns e outros partem da premissa equivocada de que não foram acertadas alianças com o PT para uns e com o PFL para outros - porque as conversações ou foram tratadas superficialmente ou então foram tardias.

Ocorre que para o PFL, em São Paulo, onde os "liberais" têm uma certa máquina econômica montada mas não tinham nomes com prestígio suficiente para disputar a prefeitura, o alvo era infligir uma derrota ao PMDB, visando a disputa do governo do Estado em 1986 e, sobretudo, a Presidência da República em seguida. Neste sentido, qualquer negociação PMDB-PFL redundaria em fracasso, pois os objetivos eram conflitantes. O acordo de Setúbal com Jânio se realizou exatamente em torno do propósito comum de derrotar Fernando Henrique.

Com o PT aconteceu coisa semelhante. A direção petista sempre deixou claro que considerava Jânio e Fernando Henrique como "farinha do mesmo saco". E que seu grande projeto era derrotar a Nova República. Por isto mesmo centrou seus ataques no PMDB. Inclusive insinuava para sua bases que poderiam votar tranquilos no PT porque Fernando Henrique ganharia - com isto jogava um grande número de militantes, simpatizantes e pessoas progressistas numa armadilha, só descoberta na hora da contagem dos votos, tarde demais.

## VENCER A ESTREITEZA

As alianças com estes partidos em São Paulo não foram concluídas, portanto, porque não era possível serem realizadas nas circunstâncias atuais. Não se fazem alianças na base de desejos e sim em torno de programas ou de interesses imediatos, no mínimo. Quando se faziam apelos às bases petistas para que votassem em Fernando Henrique, isto não era um chamado à unidade das cúpulas mas fundamentalmente um alerta aos ativistas democratas que equivocadamente seguiam a candidatura de Matarazzo Suplicy. Era uma proposta de acordo pela base, em favor do progresso.

Neste sentido, as correções na política de frente única do PMDB não terão nenhum efeito se ficarem apoiadas em falsas análises. Para começar seria indispensável ver como se realizou a unidade dentro do próprio PMDB e deste partido com outras forças democráticas que apoiam as mudanças.

É forçoso reconhecer que a candidatura não partiu de uma sólida disposição de colocar acima de tudo os interesses da democracia. Durante sua trajetória o que se verificou foi o predomínio dos interesses de grupo sobre os interesses gerais. Foi a estreiteza, que levava aos atritos entre as próprias fileiras democráticas e às forças contra os comunistas, em detrimento do ataque concentrado à direita. A partir da unidade dos que apoiam decididamente as mudanças, e que se mobilizam efetivamente para realizá-las, é que é possível aglutinar outras forças, muitas vezes vacilantes mas contrárias aos planos da direita.

É a partir igualmente de iniciativas progressistas que é possível impedir que o PT e o PDT canalizem a insatisfação popular para as suas propostas diversionistas, que dividem o povo e solapam as conquistas democráticas. A unidade não se faz com conchavos mas em torno de propostas e atitudes que interessam à maioria do povo. (Rogério Lustosa)

## DE OLHO NO LANCE

## Sempre na sombra

Na última terça-feira o general Geraldo Braga passou a chefia da Agência Central do SNI para o general Manoel de Jesus e Silva. A imprensa não teve acesso à plenitude e o discurso do general Braga não foi liberado para o chamado "público externo". Será que o assunto tratado foi o caso Baumgarten, ou talvez o escândalo da Caspemi? Como se recorda, nos áureos tempos do governo Figueiredo, o chefe desta amena instituição era o general Newton Cruz. Neste tempo o SNI era comandado pelo general Medeiros, apontado pela lista fornecida pela Igreja, como torturador. Tudo boa gente. Sempre agindo nos bastidores.

A existência do SNI, reconhecido pelo próprio Tancredo Neves como um órgão policiaresco, é absolutamente incompatível com o exercício da democracia. Diariamente multiplicam-se os exemplos que confirmam a sua interferência nociva na vida nacional. No Plano Nacional de Reforma Agrária, nos movimentos grevistas, por todo lado, os homens do SNI metem o bedelho a serviço da direita. Em particular neste período de mobilização para preparar a Constituinte, impõe-se como uma tarefa de primeira ordem a denúncia e o repúdio deste instrumento do fascismo. Extirpar este tumor é essencial para a conquista da liberdade.

Há poucos dias foi apresentado no Congresso Nacional um projeto de lei que, sob o pretexto de regulamentar o pagamento da dívida externa brasileira, concede uma nova série de benefícios e privilégios aos banqueiros estrangeiros. Seu autor é o deputado paulista Alberto Goldman, líder da bancada do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Ao justificar seu projeto, o deputado revisionista não esconde a presunção: "Salvo engano", assegura, "é a primeira vez que, no Congresso Nacional, se apresenta uma proposta de renegociação, ultrapassando a disputa retórica e abstrata entre o 'pago não pago' e indicando concretamente como e quando pagar".

A única ressalva à continuidade do pagamento é estabelecido no artigo 2º, que fixa um nível mínimo de reservas do Tesouro equivalente "ao maior dos dois valores: 8% da dívida nacional externa consolidada ou a soma dos dispêndios com importação nos quatro meses anteriores à data de verificação". Atendido este limite, as solicitações de pagamento seriam protocoladas e atendidas "à medida da formação de saldos sobre o nível mínimo".

Garante-se ao credor juros de 3%, "livres de taxas e impostos brasileiros", no período de espera, e a alternativa de reempréstimo "para um beneficiário de livre escolha do empréstimo". As taxas de juros, neste caso, serão flutuantes, correspondendo "à média entre a taxa preferencial doméstica norte-americana e a taxa mínima vigente em Londres", **prime e libor**, embora não devam exceder "a 12%" (artigo 6º).

*"Nada inaceitável aos banqueiros".  
Pelo contrário.*

A proposta, como o próprio parlamentar faz questão de ressaltar, não é, de forma alguma, "inaceitável" para os banqueiros. "Muito pelo contrário", poderia acrescentar. Em primeiro lugar, o nível mínimo de reserva fixado (que, nas condições atuais, seria equivalente a 8,3 bilhões de dólares no primeiro critério e de US\$ 4,3 bilhões no segundo), situa-se abaixo das reservas disponíveis hoje (que somam cerca de 9 bilhões de dólares). O teto de 12% para a taxa de juros dos reempréstimos também é de uma extraordinária benevolência com os banqueiros. Afinal, a **libor** atualmente oscila em torno de 9,3% (e é altíssima).

Porém, tudo isto constitui apenas uma pequena introdução. Citando o economista Ignácio Rangel, o senhor Goldman argumenta que é necessário "provar aos credores que podemos arcar com nossos compromissos iníquos". E já que a dívida, "tal como está formulada, não será paga", é preciso encontrar os meios para viabilizar o pagamento. É a isto que o parlamentar se propõe, oferecendo o que chama "certas compensações aos bancos credores". Na verdade, uma série de medidas entreguistas, todas adequadas, com rara precisão, às principais exigências imperialistas.

O ponto alto do projeto é a autorização de "emissão de novas cartas patentes de bancos comerciais" ao capital financeiro internacional (artigo 14). Tais cartas patentes, alega, só serão válidas "para as regiões Norte-Nordeste e Centro-Oeste". Mas isto, como outras restrições (os bancos estrangeiros não poderão instalar mais que 10% do número total de agências existentes no município), não passam de empulhação, e mal disfarçada. Nada impede, por exemplo, que um banco com carta patente no Nordeste opere livremente em São Paulo.

Mesmo com as restrições impostas pela legislação, e contando apenas com 15 agências em todo o país, o Citibank ocupava em outubro o 3º lugar entre todas as instituições bancárias instaladas no Brasil, segundo os critérios de depósitos a prazo e aplicações.

Vale a pena lembrar, a este respeito, as declarações feitas pelo presidente do Citibank, mister Reed, quando veio ao Brasil, em agosto: "Queremos participar de todas as operações normais de bancos e trabalhar também no varejo com todos os papéis. Explicamos esse interesse



Na campanha da diretas, o repúdio popular ao imperialismo. Mas, segundo Goldman, isto não conta e deve ser ignorado

a gente do governo e dissemos que estamos propensos a investir capital", ressaltou.

Mas o entreguismo do senhor Goldman não pára aí. Ele chega a ser minucioso ao discorrer sobre os meios de viabilizar o pagamento da dívida. Propõe, além do que já foi dito, que seja permitido aos credores "transacionar entre si os seus créditos" (artigo 7º). Facilita a penetração do capital estrangeiro em outros ramos da economia, como o setor imobiliário (artigo 8º).

Vai além, no artigo 9º, ao dispor que "os bancos estrangeiros com crédito no Brasil podem financiar diretamente firmas exportadoras brasileiras" e que "os exportadores de produtos manufaturados e semimanufaturados podem aceitar créditos de bancos estrangeiros sobre o Brasil como moeda de pagamento de parcela de suas vendas".

Todo o cuidado é pouco quando se trata de garantir o lucro dos banqueiros. Eles ficam livres para investir em projetos de exportação, assegurando, por este meio, recursos para a liquidação da dívida externa. E terão seus créditos transformados em equivalentes de troca contra as mercadorias produzidas - um cheque em branco para manter e ampliar a espoliação do país.

*Goldman seria um "ingênuo" servil do imperialismo?*

Não foi sem razão que o "Jornal do Brasil" fez o seguinte comentário: "O projeto de lei apresentado pelo deputado paulista, sem dúvida, fez a alegria dos 190 representantes de bancos estrangeiros no país. Desse, os maiores contingentes são de instituições norte-americanas (47), inglesas (21), japonesas (17), francesas, alemãs (15 cada), suíças e espanholas (nove cada), sendo que, funcionando efetivamente como agências, estão autorizados somente 19 bancos, que detêm cartas patentes para 62 dependências" (os maiores são o Citibank, dos EUA, e o Lloyds Bank, inglês).

O presidente do Banco Central, Fernão Bracher, ao analisar o conteúdo da proposta, não teve dúvidas em vaticinar: "É nocivo". "Isto seria suicídio, ou a mesma coisa de cortar o nariz por ter raiva da cara", disse por sua vez, o senador Severo Gomes (PMDB-SP). Até mesmo o presidente da Federação Nacional dos Bancos, Teófilo Azeredo Santos (representante dos banqueiros nacionais), reagiu indignado, indagando se o autor do projeto não estaria sendo "ingênuo" ao defender tão fielmente os interesses da oligarquia financeira internacional.

Pois o senhor Goldman disse ter chegado a essas posições ao notar que "o país terá que honrar os compromissos assumidos no exterior" e, mais, que há "consenso" acerca disto tanto quanto há "consenso" sobre a necessidade e conveniência de resguardar os interesses nacionais". Não é difícil verificar que as duas afirmações são mentirosas.

Basta consultar as entidades representativas do movimento popular, as atas dos congressos e encontros realizados pela Conclat,

pela CUT, pela UNE e por dezenas de outras organizações de massas em todo o país. Ver-se-á que o consenso, aí, é de outra natureza, indicando que o pagamento da dívida deve ser imediatamente suspenso.

No seio de outras forças democráticas e patrióticas, a interpretação é igualmente outra. No programa oficial do PMDB consta a proposta de moratória unilateral. Embora muitos peemedebistas tenham abandonado esta tese, o senador Severo Gomes lembrou, em recente pronunciamento, que a moratória é a proposta oficial do seu partido, em cujo interior, não custa lembrar, trava-se uma luta ainda não resolvida, entre progressistas e conservadores.

É possível que o senhor Goldman saiba que a dívida externa foi objeto de uma Comissão Parlamentar de Inquérito instalada no seu local de trabalho, a Câmara dos Deputados. Pode-se supor, igualmente, que conheça os seus resultados, mas não custa recordá-los.

Eis o que diz: "De acordo com inúmeros depoimentos prestados perante esta CPI, parcelas consideráveis da dívida externa que nos é atribuída podem ter sua legitimidade contestada ou por serem decorrência de decisões unilaterais do governo norte-americano em manter o dólar sobrevalorizado para a cobertura de seus déficits, ou pela elevação artificial e irreal das taxas de juros internacionais ou mesmo por terem sido ilegalmente assumidos.

"Portanto" - é a conclusão do relatório final apresentado pela CPI - "sobram efetivas razões de direito e de fato que nos permitem suspender o pagamento da dívida externa para que a Nação de modo livre e soberano proceda uma profunda investigação da origem, evolução e crescimento dessas dívidas, antes de tomar qualquer decisão sobre o seu pagamento". Ao menos é preciso saber se os "compromissos assumidos no exterior" são honrados para depois averiguar se são "honráveis", mesmo porque quem paga é o povo, com enormes e insuportáveis sacrifícios.

O bom senso recomenda reconhecer que o nobre parlamentar paulista possui direito adquirido de abstrair e ignorar o movimento popular e as forças patrióticas ao formular seus pontos de vista sobre "consensos". Afinal, a trajetória do agrupamento revisionista que ele lidera na Câmara é um rosário de traições aos interesses da classe operária e do povo. Mas é errado, e sobretudo injusto, imputar ao senhor Goldman a condição de ingênuo, ainda que em hipótese, como ocorreu (num momento de generosa dívida) ao banqueiro Azeredo Santos. O deputado tem lá seus talentos, sabe de que senhor é servo. Não convém desmerecê-lo.

Está na cara que os "consensos" a que se refere o parlamentar são "consensos" da grande burguesia, dos monopólios imperialistas. Neste meio, a idéia sobre "soberania nacional" não pode ser a do senhor Goldman, existe amplo "consenso" (e, de fato, há grandes interesses) de que o Brasil terá que honrar os compromissos assumidos no exterior".

Há muito se sabe que as idéias e opiniões políticas refletem interesses econômicos de classe bem concretos e definidos. A dedicação do parlamentar do PCB na defesa dos pontos de vista do imperialismo, sua ânsia em aparecer como um bom e inofensivo moço diante da burguesia, não devem provocar surpresas aos que acompanham a evolução do revisionismo contemporâneo.

*Os "consensos" da grande burguesia e dos revisionistas*

Nos países dominados pelos revisionistas (tendo à frente a URSS) não só se considera normal o sistema imperialista e as formas que o capital utiliza para espoliar as nações mais pobres, mas também eles estão abertos aos grandes monopólios e participam da disputa do saque mundial. Inclusive, e especialmente, através do sistema financeiro: "A União Soviética abriu em vários países capitalistas muitos bancos, que se tornaram parceiros e concorrentes dos bancos capitalistas (...) Os maiores exportadores de capital do mundo de hoje são os EUA, o Japão, a URSS, a República Federal da Alemanha, a Inglaterra e a França", frisou Enver Hoxha no livro "O imperialismo e a revolução".

Só a dívida de Cuba para com a URSS é calculada em 20 bilhões de dólares. Em dezembro de 1983, conforme o jornal "O Globo", o maior lucro obtido na cidade de Londres foi de uma instituição financeira controlado pelo Banco Central da Hungria. De acordo com um jornal inglês, no ano passado as dívidas dos bancos soviéticos na Europa Ocidental estavam em torno de 17 bilhões de dólares (e o país era considerado com um risco de crédito de "primeira classe", ou seja, excelente pagador). Já os depósitos externos dos bancos revisionistas somavam cerca de 12 bilhões de dólares.

E são empresas que atuam conforme as divinas leis do mercado, em tudo e por tudo capitalistas. Os partidos revisionistas locais, por sinal, não permanecem alheios a esses "emprendimentos". A alta cúpula do partido revisionista francês (o PCF), por exemplo, tem grandes laços de influência e efetiva participação na direção do Banco Comercial para a Europa do Norte, instituição soviética instalada em Paris. Há alguns anos, o Partido Comunista Português (revisionista) adquiriu 2 mil veículos da Fiat com créditos obtidos junto a um banco soviético.

Não é de espantar, portanto, as posições do senhor Goldman. O revisionismo contemporâneo, qualquer que seja sua matriz, está alicerçado em interesses e compromissos de classes imperialistas. Onde quer que exista, tem por base a defesa aberta ou camuflada desse tipo de interesses. Daí ser impossível conduzir um combate conseqüente ao imperialismo sem travar, ao mesmo tempo, uma luta sem tréguas contra esta tendência oportunista, luta que não pode compreender um só momento de vacilação ou conciliação.

(Umberto Martins)



Passeata pela reforma agrária na Bahia: o congresso definirá as novas formas de pressão para garantir a aplicação do PNRA

## Contag realiza congresso para eleger nova diretoria

Numa iniciativa sindical exemplar, nos próximos dias 17 e 18 os trabalhadores rurais brasileiros elegerão, em congresso democrático, a nova diretoria da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura). Estima-se a presença de cerca de 3 mil delegados, representando os 2.600 sindicatos e 22 federações estaduais existentes no país.

Para realizar esse novo encontro nacional, em Brasília, a Contag cumpre uma das principais resoluções do 4º Congresso dos Trabalhadores Rurais, realizado em maio último: a de eleger num fórum democrático a nova diretoria dessa respeitada entidade sindical dos assalariados.

Esta é a primeira Confederação Nacional de Trabalhadores, das oito existentes legalmente, a democratizar sua estrutura, pondo por terra a forma autoritária e elitista de eleição sindical prevista na CLT. Pela legislação atual, as diretorias das confederações são eleitas apenas com os míseros votos das federações estaduais filiadas (no caso da Contag, seguindo essa norma cada uma, 22 representantes de federações fariam em nome de mais de 8 milhões de sindicalizados no campo). Conforme avaliaram os congressistas em maio, essa legislação é um dos fatores de afastamento da maioria das entidades nacionais das lutas concretas dos trabalhadores e de sua transformação em antros de peleguismo.

### BALANÇO POSITIVO

O movimento sindical dos trabalhadores rurais, ao dar esse importante passo no rumo da democratização efetiva do sindicalismo, demonstra sua maturidade. Serve de exemplo para todos os assalariados brasileiros. Além disso, mostra a coerência da Contag, que há muitos anos vem travando com vigor a luta pela liberdade e autonomia sindical, e pelo for-

talecimento das entidades classistas.

No Congresso Extraordinário de dezembro, os trabalhadores deverão avaliar a atuação sindical e política da Contag nos últimos três anos; definir um programa de atividades para a próxima gestão; e eleger a nova diretoria da confederação para o triênio 86/89.

Quanto ao balanço das atividades, certamente os congressistas concluirão que o empenho da atual diretoria foi positivo. Nos últimos anos, a Contag esteve à frente, juntamente com a maioria das federações e dos sindicatos de trabalhadores rurais, das principais lutas travadas pelos assalariados rurais, posseiros e pequenos proprietários no país.

Seguindo a orientação do 3º Congresso Nacional, de 1979, a Contag passou a ter uma ação sindical e política mais ofensiva e mobilizadora. Dirigiu as greves dos assalariados rurais em Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas, Paraíba, São Paulo, Rio de Janeiro etc. Na luta pela reforma agrária e contra a política agrícola do regime militar, promoveu massivas manifestações de rua nos municípios interioranos e nos centros urbanos - conquistando o apoio dos operários industriais. Também realizou protestos públicos contra a expulsão de lavradores de suas terras pelos projetos faraônicos das represas em vários pontos do país.

No terreno político, apesar de sua ação ainda tímida, a Contag engajou-se na luta pelo

fim do regime militar, participando da campanha das diretas-já e apoiando o candidato único das oposições. Sem vacilar, mas mantendo sua independência, apresentou a plataforma de reivindicações dos trabalhadores rurais aos candidatos Tancredo Neves e José Sarney.

### REFORMA AGRÁRIA

Para o próximo triênio, os congressistas terão que definir formas concretas de levar à prática as principais resoluções do 4º Congresso Nacional, especialmente a luta para eleger uma Constituinte progressista, comprometida com os interesses do povo e da nação; pela ampliação e consolidação das conquistas democráticas em curso; pela suspensão do pagamento da dívida externa.

Mas um assunto que merecerá atenção especial é a questão da reforma agrária. O Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República, apresentado no congresso de maio, sofreu alterações, limitações - fruto da forte pressão do latifúndio e da reação. O novo PNRA do governo Sarney precisa agora ser amplamente discutido, criticado e os congressistas devem reafirmar, com todo vigor, a exigência de que o latifúndio seja liquidado através de uma reforma agrária antilatifundiária.

No entanto o encontro de dezembro não pode dar munção aos setores reacionários, que tentam das mais variadas formas desestabilizar a Nova República e inviabilizar as mudanças prometidas. É evidente que o PNRA não atende plenamente às aspirações do povo brasileiro, particularmente da classe operária e dos camponeses. Contudo, representa um primeiro passo, abre caminho para transformações mais profundas. Apesar da pressão dos grileiros e latifun-

diários, traz certas soluções parciais.

O Partido Comunista do Brasil, que sempre lutou ao lado dos camponeses, julga imprescindível que os trabalhadores rurais se mobilizem em todo o país para exigir a imediata aplicação do 1º PNRA. Em recente documento oficial, avalia que "cada passo na concretização das medidas constantes do Plano exigirá a participação coletiva das massas e a vigilância na defesa de seus direitos". Nesse sentido, propõe a criação urgente de Comissões e Comitês de Reforma Agrária, "representativos das massas interessadas", para entrar em contato com as autoridades regionais incumbidas da realização do Plano e decidir "de imediato as localizações do assentamento e a ocupação das áreas indicadas".

Na avaliação dos comunistas "o movimento sindical dos trabalhadores rurais e jogará o papel de primeiro plano na organização dessas Comissões e na mobilização camponesa". O PC do B alerta ainda para o fato de que "os camponeses não devam esperar passivamente que o Incra e o Mirad solucionem tudo, tendo em conta a burocracia, a incúria dos governantes e a resistência inevitável das forças retrógradas".

### DIRETORIA ATUANTE

Para que estas lutas sejam vitoriosas e resultem no aumento de consciência e organização dos trabalhadores rurais, os congressistas deverão eleger uma diretoria atuante, combativa e coerente. Uma diretoria comprometida em dar continuidade, num nível mais elevado, à mobilização ampla e massiva dos trabalhadores para levar à prática as resoluções do 4º Congresso e avançar no rumo da reforma agrária antilatifundiária.

A manutenção de José Francisco na presidência da Contag é reconhecida por todos como uma necessidade desse novo período de avanço do sindicalismo rural. No entanto, nos demais cargos é preciso renovar, trazer para a diretoria as lideranças sindicais que se destacaram nos últimos anos de luta no campo. A nova diretoria precisa refletir, de forma unitária, o crescimento vertiginoso do movimento sindical dos trabalhadores rurais. Com sindicalistas capazes e avançados, a Contag dará um novo salto de qualidade na sua atuação sindical e política.

(Arthur de Paula)

## Goianos denunciam a forte escalada de violência no campo

Com suas galerias tomadas por populares, a Câmara Municipal de Goiânia realizou no último dia 20, por iniciativa do vereador Euler Ivo, sessão especial para discutir "A violência no campo em Goiás". Estiveram presentes o secretário de Segurança Pública do Estado, Frederico Jayme; o presidente da Fetaeg, Amparo Sesil do Carmo; os presidentes da UEE, José Izeccias, e do DCE, Carlos Henrique; o vereador de Araguaína Edmundo Galdino; os representantes da Conclat e CUT, respectivamente, Sílvio Costa e Delúbio Soares; além de representantes de sindicatos de trabalhadores rurais.

O vereador Euler Ivo, do Partido Comunista do Brasil, autor do requerimento que originou a sessão especial, arrancou aplausos quando denunciou com vigor a escalada de violência em

Goiás. Na opinião do vereador "o Estado está sendo conhecido nacionalmente como terra da jagunçagem. E o que é pior, os crimes acontecem e ninguém é punido, nada ocorre com os pistoleiros e muito menos com os mandantes".

Amparo Sesil do Carmo, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Goiás (Fetaeg), voltou a denunciar o leilão de 1.400 bois patrocinado pela União Democrática Ruralista (a entidade dos latifundiários tem arrecadado dinheiro para comprar armas e contratar jagunços para combater a reforma agrária). E acusou: "O governo do Estado está se omitindo diante do jagunçismo praticado por grileiros e latifundiários".

O secretário de Segurança Pública, Frederico Jayme, que demonstrou sua postura democrática ao debater com as lideranças camponesas, afirmou que está empenhado na elucidação dos crimes. O secretário revelou de forma surpreendente, referindo-se ao caso do vereador Edmundo Galdino (que foi vítima de um atentado que o deixou parapléjico), que os mandantes dos crimes são conhecidos caciques políticos que desfrutam de grande poder no norte do Estado.

A última intervenção coube ao vereador de Araguaína, Edmundo Galdino, que acusou o deputado estadual Brito Miranda, representante das oligarquias do norte, de mantente do crime contra sua vida.

(da sucursal)



Euler: "a terra da jagunçada"

## Marco Maciel recebe documento sobre grave crise na universidade

A Comissão Nacional para a reformulação da Educação Superior, depois de seis meses de debates, entregou um extenso documento ao ministro da Educação, Marco Maciel, no último dia 21, contendo, em 13 itens, considerações sobre a grave crise na universidade brasileira. Para Javier Alfaya, ex-presidente da UNE e membro da Comissão, trata-se de um documento progressista e cabe à comunidade universitária abrir o debate, e ao mesmo tempo criticar e exigir mudanças nos aspectos considerados não satisfatórios.

O documento apontou alguns problemas característicos da crise na universidade brasileira. Entre eles podemos citar a má remuneração dos professores, pessoal técnico e administrativo; carência de equipamentos laboratoriais e bibliotecas; deficiência na formação profissional dos alunos; crise financeira e pedagógica do ensino privado.

Um dos pontos-chaves sobre a problemática universitária está relacionado com a autonomia da universidade. Javier Alfaya diz que o documento propõe que as universidades tenham liberdade para definir seus cursos de graduação e pós, currículos, planos de pesquisas e atividades de extensão. Haverá liberdade para as universidades definirem a utilização dos seus orçamentos e método de escolha do reitor.

O documento também propõe reforçar o sistema de ensino



Javier: "um relatório progressista"

público. Foi mostrado que as universidades brasileiras têm capacidade de absorver mais estudantes, sem aumentar de forma significativa o pessoal docente. Uma das teses elaboradas por Javier vai neste sentido, que é a instituição de cursos noturnos nas universidades públicas federais.

O texto do documento deverá ser debatido em todas as universidades do país e o relatório final chegará às mãos do presidente Sarney em março do próximo ano. Para Javier, se a maioria das medidas sugeridas pela comissão forem aprovadas, teremos a curto prazo um novo quadro da universidade brasileira.

(da sucursal)

## Entidades populares realizam seu 1º Encontro em Roraima

No início de novembro, foi realizado o 1º Encontro Popular de Boa Vista, promovido pela Associação dos Garimpeiros de Roraima, que contou com a participação de 12 entidades estudantis, de bairro, sindicais, juvenis, culturais. O tema central do encontro foi "A cidade que queremos".

Os habitantes da capital do Território Federal de Roraima têm reivindicações sentidas: coleta de lixo nas ruas, instalações sanitárias, atendimento ao grande número de famílias desabrigadas, construção de mais hospitais, melhoria dos transportes e meia-passageira para estudantes, fiscalização mais rigorosa da carne consumida na cidade.

As crianças vivem mal em Boa Vista. Moram em casas

com poucos compartimentos, sujeitas às condições de vida precárias de seus pais - que recebem poucos salários - dormem no chão, por falta de uma cama ou rede, não têm creches que as abriguem. As mães solteiras são discriminadas. Sequer possuem o direito à inscrição nos programas de habitação popular! Além disso os habitantes da capital querem a reativação dos teatros da cidade e maior apoio às atividades culturais, dentre outras reivindicações. As elites políticas do território parecem não terem-se dado conta da conscientização crescente da população: nenhum dos candidatos a prefeito da capital compareceu ao encontro realizado nos dias 9 e 10, apesar de convidados. O correspondente em Boa Vista



Os congressistas discutirão como levar à prática as resoluções do histórico 4º Congresso

## Lavradores ocupam terras em Sergipe

Mais de 80 famílias de trabalhadores sem terra invadiram a Fazenda Barra do Onça, localizada no município de Poço Redondo, no alto sertão sergipano. Na madrugada de domingo, dia 24, penetrou na área a primeira leva de lavradores e na segunda-feira mais algumas famílias ocuparam as terras e construíram seus barracões de madeira e folhas.

A maioria dos trabalhadores é de produtores de carvão mineral e foi expulsa de seus

locais de trabalho. No dia 23 de setembro, eles acamparam à margem da rodovia que circunda a fazenda improdutivo. Mas foram expulsos pela força policial que chegou a deter e torturar dois trabalhadores - numa tentativa infrutífera de evitar a ocupação.

A área de terra ocupada está em litígio há mais de 50 anos e duas famílias disputam o direito de posse. A área total atinge três municípios do sertão de Sergipe e está ocupada

por latifundiários, na sua maioria pessoas ligadas ao PDS - a exemplo do ex-governador tampão e general Djenal Queiroz e do deputado Américo Lopes.

Os trabalhadores que ocuparam a terra exigem do governo do Estado que não coloque as tropas da polícia para reprimir o movimento e que interfira junto ao governo federal para a urgente desapropriação das terras que estão abandonadas. Muitas famílias já estão, inclu-

sive, preparando o solo para plantar. Mas o governador João Alves até o momento não anunciou sua posição oficial e corre o boato de que forças policiais serão deslocadas para "acompanhar os fatos". Para evitar qualquer repressão, o Comitê Permanente de Apoio aos Trabalhadores Sem Terra tem mantido contatos com todos os segmentos da sociedade sergipana e buscado o apoio dos democratas à justa luta dos lavradores.

(da sucursal)

# Chapa 2 faz mobilização unitária em Porto Alegre

Quando este jornal estiver circulando estarão se realizando as eleições para a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre, de 2 a 6 de dezembro. A chapa 2, Oposição Metalúrgica, encabeçada por José Freitas, tem se revelado como a única capaz de romper com o imobilismo implantado pelo pelego Adão Haagstram na entidade, assim como de evitar o divisionismo preconizado pela chapa 3, ligada ao PT.

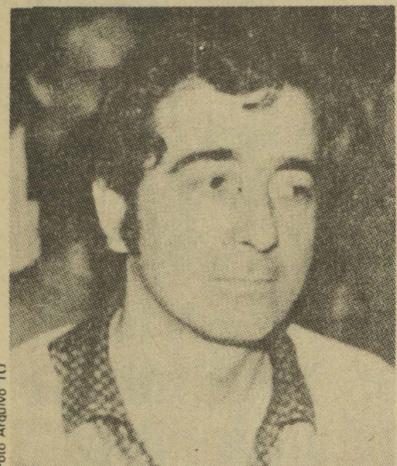
Além de Freitas, com grande experiência e prestígio entre a categoria, e que já concorreu pela oposição em 1982, a chapa é composta por operários das diversas fábricas que se destacaram nas batalhas dos últimos anos. Sua campanha é marcada ao mesmo tempo por propostas imediatas de luta para defender os interesses da categoria. Assim, com a intenção de conquistar a reposição salarial, propôs à atual diretoria do sindicato uma mobilização unitária da categoria. As outras chapas vieram atrás, tentando defender a

mesma proposta unicamente com fins eleitoreiros. A diretoria, que apóia a chapa 1, chegou mesmo a fazer um arreglo com os patrões para conseguir uma reposição salarial de 6%, que ao que parece não passa de um adiantamento salarial. Além de não mobilizar a categoria, ainda tentou enganá-la com uma manobra contábil afirmando que o índice obtido era de 12%. Pura demagogia eleitoral.

A chapa 3 por seu lado fez toda a sua pregação divisionista apoiada em dinheiro grosso - seus integrantes admitiram contar com Cr\$ 100 milhões - e nas "estrelas" da CUT, uma vez que seus participantes não têm representatividade entre os metalúrgicos. A chapa dos divisionistas conta ainda com apoio da diretoria do Sindicato de Canoas - que por sinal capitulou diante dos patrões na luta travada pelos operários da Massey-Ferguson contra a redução da jornada e dos salários.

A chapa 2, liderada por José Freitas, defende também, para 1986, um dissídio unificado de todos os metalúrgicos do Estado, tendo como base a unidade operária para derrotar os patrões e obter um bom reajuste. Enquanto isto, revelando novamente sua intenção de dividir e enfraquecer a categoria, os petistas, cegos pela visão sectária tratam de articular apenas os sindicatos sob seu controle.

A Oposição Metalúrgica na sua campanha tem discutido com os metalúrgicos a necessidade de unir os operários tanto em torno dos problemas de cada fábrica (insalubridade, melhores condições de trabalho...), do conjunto da categoria (salários, direitos trabalhistas...), e do país em geral (reforma agrária, suspensão do pagamento da dívida externa, previdência social, Constituinte livre e soberana...), pois não se pode resolver as aspirações de cada setor isoladas do movimento nacional por transformações profundas e urgentes. (da sucursal)



José Freitas: "Renovar o Sindicato"

# Empregados dos hospitais do Ceará derrotam superpelega

Uma grande vitória do movimento sindical cearense ocorreu nos dias 18, 19 e 20 de novembro, com a vitória da Chapa 2 para a diretoria do Sindicato dos Empregados em Hospitais e Casas de Saúde no Estado do Ceará. A Chapa 2, de oposição, encabeçada por Maria Olive Ferreira, derrotou a chapa 1, de Hortência Pinheiro Cavalcante, por uma diferença de 142 votos, no segundo escrutínio.

No primeiro escrutínio a Chapa 2 ganhou com uma diferença de apenas 42 votos e no segundo aumentou em 100 votos a diferença, apesar dos patrões e do grupo do senador malufista César Cals terem dado toda força à Chapa 1. O resultado final foi de 839 votos para a Chapa 2 e 697 para a Chapa 1, 6 votos em branco e nenhum nulo.

Há 17 anos na presidência do sindicato, a pelega Hortência usou de todos os recursos, inclusive a polícia, para intimidar os opositoristas. O apoio do Partido

Comunista do Brasil à chapa 2 foi decisivo para desmascarar e derrotar os direitistas que sonhavam em se eternizar à frente do sindicato.

Hortência Cavalcante teve sua campanha financiada pelos patrões da Casa de Saúde São Raimundo, Cura D'Arz, S.O.S. Hospital Fernandes Távora e Santa Casa de Misericórdia, cujo provedor não permitia que os empregados saíssem para votar, a não ser que fossem levados nos carros dos patrões que ficaram à disposição da Chapa 1.

A diretoria eleita fará, de imediato, uma campanha de sindicalização em massa, pois da categoria, que tem 30 mil empregados, somente 5 mil são sindicalizados e, destes, pouco mais de 1700 estavam aptos a votar. Também se pretende criar delegacias sindicais nas cidades onde hajam hospitais e casas de saúde.

(da sucursal)

# PT dá a vitória aos pelegos nos portuários de Santos

Por uma diferença de apenas 280 votos, a combativa categoria dos portuários de Santos, no litoral paulista, viu seu sindicato cair nas mãos do pior tipo de peleguismo existente no país. A chapa 2, formada por velhos imobilistas ligados ao PDS, obteve 3.059 votos, enquanto a chapa 1, composta por jovens e aguerridas lideranças da categoria, ficou com 2.779 votos. Uma terceira chapa, articulada pelo PT, teve 1.134 votos, contribuindo decisivamente para vitória dos pelegos.

As forças mais reacionárias da baixada antista jogaram peso no pleito do Sindicato dos Portuários, realizado na semana passada. Muito dinheiro correu para evitar que os setores combativos ganhassem as eleições. Oportunistas inculcados ao PDS e o PFL percorreram o cais do porto distribuindo abertamente dinheiro para os abos eleitorais. Mas apesar desse forte paratado, a chapa 1 venceu folgado entre os trabalhadores da ativa. O que impediu sua vitória foi o voto dos aposentados. Quase metade dos votos da chapa 2 veio desse setor (1.384).

### TRAÍÇÃO PETISTA

No entanto, o que mais revoltou os portuários foi a conduta da corrente petista. Os principais articuladores da chapa divisionista haviam selado um



Portuários da ativa votaram na oposição, mas pelegos venceram

acordo com a chapa 1 antes do pleito, prevendo que quem perdesse o primeiro escrutínio apoiaria a outra para evitar a vitória da reação. Mas, por interferência direta do deputado José Genoíno, os petistas romperam o acordo, numa conduta de completa traição à categoria. Corre o boato de que para cumprir esse papel divisionista alguns membros da chapa 3 receberam muito dinheiro, principalmente o encabeçador da chapa - um homem do PDS, cunhado do ex-interventor malufista em Santos.



# Operários de empreiteira vitoriosos na Ishikawajima

Os operários da empreiteira Itaipuam, que trabalham no Estaleiro Ishikawajima no Rio de Janeiro, obtiveram uma importante vitória: foram oficialmente reconhecidos na categoria de metalúrgicos. Até então eram registrados como trabalhadores da construção civil, recebendo em média um salário mínimo, bem abaixo do piso salarial dos metalúrgicos.

Cerca de 30% da mão de obra empregada na construção de navios do grupo Ishibras eram cedidos pela Itaipuam. A reivindicação de passar para a categoria metalúrgica era antiga. Em 30 de outubro foi realizado um movimento grevista para pressionar os patrões e o governo a apressarem a mudança de categoria. Após entendimentos e negociações os trabalhadores voltaram ao trabalho confiantes no atendimento das exigências pelo ministro Almir Pazzianotto num prazo de oito dias. Mas só ao encerramos esta edição veio a notícia da portaria ministerial cumprindo o acordo.

### SOLIDARIEDADE OPERÁRIA

O movimento teve uma particularidade que demonstra a unidade dos operários. Quando estalou a greve

na empreiteira, os trabalhadores da área naval do grupo Ishibras (ao todo, seis mil) somaram-se à luta. Por outro lado, na ocasião da campanha salarial e greve dos metalúrgicos, os operários da Itaipuam também haviam cruzado os braços em apoio aos seus colegas do estaleiro. Agora os metalúrgicos retribuíram a solidariedade.

"A Itaipuam é um verdadeiro campo de concentração japonês no coração do Rio de Janeiro", diz Ademir, operário demitido durante a greve de 30 de outubro e que se destacou nos piquetes. E acrescenta: "Além de nos fornecer uniforme e botas já usados, nos dão uma comida que mais parece lavagem, para porco nenhum botar defeito. Até para tomar banho os operários têm que pisar no barro, pois os vestiários não têm piso. Se alguém

reclama, o japonês ri e demite o peão".

### REPRESSÃO E DEMISSÕES

Depois da greve nove trabalhadores foram suspensos por 11 dias, para averiguação. Ao voltarem, nem sequer puderam entrar no estaleiro, recebendo nova suspensão de 12 dias. Depois mais oito dias. No total foram 200 demissões nesta escalada de perseguições. Durante a greve já tinham acontecido fatos lamentáveis. A repressão policial foi violenta. E um grupo de provocadores foi pago pela Ishibras para tumultuar o movimento. Os operários não se intimidaram, enfrentaram os agressores e botaram para correr os baderneiros de aluguel.

A união dos trabalhadores da Itaipuam e da Ishibras serve como exemplo importante para toda a classe operária na luta contra a ofensiva patronal e na defesa de suas justas reivindicações. (Este artigo foi escrito com a participação da Comissão dos operários da Itaipuam)

# Greve mostra exploração no Cabo

Os 1.200 operários do canteiro de obras da Álcool-Química e White Martins, no município pernambucano do Cabo, entraram em greve por duas vezes em pouco mais de um mês, protestando contra as condições sub-humanas no serviço. Há algumas semanas, parcela considerável daqueles trabalhadores se revoltaram contra a péssima ração servida e paralisaram o trabalho, reivindicando, entre outros pontos, melhores condições de trabalho, alimentação decente, adicional de periculosidade e insalubridade. Com a mobilização, os patrões fizeram um acordo com os grevistas.

Passado mais de um mês, as empreiteiras não cumpriram o prometido e novamente os operários paralisaram os trabalhos. Os patrões se negam a negociar, deixando a decisão para a Delegacia Regional do Trabalho. Os grevistas se dirigiram em passeata até a sede do governo estadual, em Recife, mas não foram recebidos pelo governador.

No dia 20 último, houve assembléia em frente às duas fábricas, com a presença de sindicalistas e políticos que vieram prestar solida-

riedade. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, João Paulo, estava à frente da mobilização. O secretário de obras do Cabo, Lúcio Monteiro, colocou a prefeitura à disposição no que fosse possível. O deputado estadual do PMDB, Luciano Siqueira, afirmou que aquele luta forjava a organização dos operários e com esta organização é que se poderá exigir condições sociais mais justas.

### SAPO NA COMIDA

Nesta assembléia foram feitas denúncias escabrosas sobre as condições de trabalho nos canteiros de obras. Uma dessas denúncias é que o único médico na construção obrigou 50 operários a assinarem um documento retirando a responsabilidade da firma sobre quaisquer acidentes de trabalho. Outras irregularidades apontadas: quase todos os atestados médicos são recusados, dezenas de operários trabalham clandestinamente; péssimas condições do refeitório, havendo caso de se encontrar insetos nos alimentos e até um sapo na bandeja.

A Álcool-Química e a White Martins, recém instaladas no município

do Cabo, são extensões do conglomerado da Norquisa, dirigida pelo general Geisel, e que em Pernambuco tem a Coperbo como seu carro-chefe. Este conglomerado se aproveita da mão-de-obra barata da região e atualmente constrói um complexo álcool-químico para auferir os lucros da exportação da borracha sintética, que está em alta. Para tanto se montou um canteiro de obras de porte razoável onde está sendo montada a Álcool-Química e a White Martins.

### MÃO-DE-OBRA BARATA

As grandes empreiteiras auferem grandes lucros às custas da exploração aos operários. Muitas vezes se associam às pequenas empreiteiras, conhecidas por "gatas", onde as garantias no emprego são quase nulas. As firmas não dão as mínimas condições de segurança e o trabalho equipara-se a um regime de escravidão, semelhante às frentes de emergência do sertão. Nestas condições, apesar de pouco organizados, estourou a greve.

(Enison Hipólito, da sucursal do Cabo)

# Médicos de São Paulo continuam parados

O governo tem ou não condições de dar a equiparação salarial aos médicos que estão em greve no Estado de São Paulo? O ministro da Saúde reconheceu que sim, em um telex enviado às entidades médicas, onde diz: "Existem dados que indicam a viabilidade de se atingir a isonomia salarial através de mecanismos reordenadores do setor de saúde".

A greve já se arrasta há quase um mês, onde os médicos do Estado (salário de Cr\$ 1,8 milhão) e da prefeitura (2,1 milhões) reivindicam equiparação salarial com os do Inamps, que ganham Cr\$ 4,2 milhões. A luta já atingiu o âmbito federal, pois já existe uma comissão com representantes das três esferas do governo e da sociedade para tratar do assunto.

Se for colocada em prática, uma das mudanças previstas, que é a Ação Integrada de Saúde (AIS), mais verbas federais para a saúde

serão repassadas para os Estados e municípios. Mas estas mudanças encontram oposição dentro do governo da Nova República, que não aceita as propostas dos setores mais progressistas.

"Nossa luta, além da melhoria salarial, representa um ataque àqueles que querem usar o dinheiro público para enriquecer empresas de saúde", diz Jamil Murad, diretor do Sindicato dos Médicos de São Paulo. E cita um exemplo: "São as fraudes do Hospital São Marcos daria para dar a equiparação para dois terços dos médicos da Prefeitura de São Paulo".

A greve ainda mantém fôlego, apesar dos médicos do Hospital das Clínicas decidirem no dia 27 retornar ao trabalho. Dos 8.400 profissionais da saúde empregados no Estado no município, 7.200 continuam parados até o encerramento deste período, segundo avaliação do Sindicato dos Médicos.



Jamil: "Por melhores salários"

**CDM**  
 Comunicação e Memória  
 Fundação Nacional de Arquivos  
 Sindicato dos Médicos

# Janistas usam cachorros para intimidar democratas

Gostaria de relatar um fato que considero extremamente educativo na medida que mostra o que iremos enfrentar aqui em São Paulo mais para frente. Dia 15 de novembro fizemos boca de urna para o candidato Fernando Henrique Cardoso. Foi no Colégio República do Paraguai, na Vila Prudente, zona Leste de São Paulo.

Todos sabem que a disputa aqui em São Paulo foi árdua e representou também o embate das forças retrógradas e das forças progressistas. Os janistas, demonstrando bem o caráter truculento, ditatorial e atrasado de seu candidato, trouxeram para a boca de urna um enorme cão doberman, enfeitado com propaganda do Jânio, para intimidar os eleitores de Fernando Henrique. Depois de muitas lutas e discussões, conseguimos fazer frente a essa tentativa de impedir que as forças progressistas cumprissem seu papel na luta política.

E se os janistas fizeram isso durante as eleições, quando ainda estavam incertos da vitória de seu candidato, imagina



Na boca de urna de Vila Prudente, o cachorro janista foi utilizado para intimidar os democratas

agora com eles na prefeitura, e com certo controle sobre a polícia e os órgãos de repressão?! Nós, comunistas, demo-

cratas e a população de São Paulo, devemos nos unir e sermos enérgicos contra todos os tipos de cerceamento da demo-

cracia conquistada a tão duras penas pelo povo brasileiro. ("Boqueiros" da Vila Prudente, São Paulo)

O povo continua tirando lições da batalha eleitoral do 15 de novembro. Em São Paulo, onde o candidato da reação arrebitou a prefeitura, os democratas sentem a necessidade da união para enfrentá-lo - e ilustra o fato com a atuação dos "boca de urna" janistas. No Espírito Santo, o candidato do PT atacou violentamente, nas ruas, militantes do PC do B. São episódios que merecem reflexão, e as cartas ao Fala ao Povo contribuem para isso. Escreva você também.



fala o POVO

(Olívia Rangel)

## Violência do PT contra o PC do B

O PT, que achava possível vencer as eleições em Vitória, se desesperou às vésperas do 15 de novembro: passou a atacar o PMDB e, sobretudo, o PC do B - que criticava a candidatura diversionista apoiada pela burguesia conservadora do Estado (o PT recebeu apoio do PFL e PDS). No dia 13, militantes do PT, encabeçados pelo candidato a prefeito Victor Buaziz e seu vice, Kleber Frizer, atacaram militantes do PC do B que distribuíam panfletos denunciando a união do PT com o

PDS.

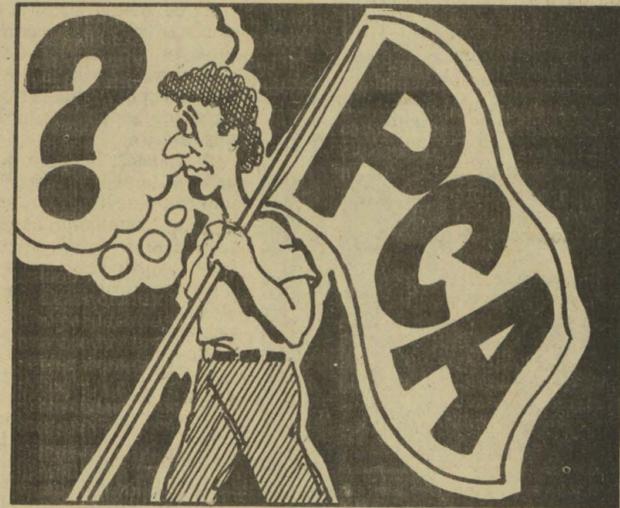
Victor Buaziz e seus seguidores mais pareciam uma tropa paramilitar facista: agrediram militantes do PC do B, tomaram pacotes de panfletos, esmurramaram e chutaram até mulheres grávidas, como Edna Martins e Jô Rocha. O presidente do diretório regional do PC do B no Espírito Santo, Fernando Mastella, também foi agredido, principalmente pelo dirigente petista Tadeu Cesar.

Os militantes comunistas viram-se obrigados a prestar queixa contra os agressores no 1º Distrito Policial de Vitória, e se submeteram a exame de corpo de delito no Instituto Médico Legal.

A apuração das eleições só comprova a justeza da denúncia da aliança PT-PFL-PDS, feita pelos democratas: nos bairros de classe média alta, como Jardim da Penha e Praia de Camburi, o PT teve a maioria dos votos. Nas urnas locali-

zadas nos bairros populares o PMDB venceu folgadoamente, com mais de 45% dos votos.

Fernando Mastella, dirigente do PC do B, afirmou que o processo movido contra o candidato petista e seus seguidores vai continuar, pois "luta política se faz com argumentações, fatos, programas, não com ataques pessoais e agressões físicas". A verdade é que o PT não mede esforços para avidir a oposição e os setores populares, fazendo o jogo da direita. (L.A. - Vitória - ES)



## Argentinos rejeitam o partido revisionista

Estive na Argentina uma semana antes das eleições, onde conversei com militantes do PCA, e aqui vão as minhas impressões.

A situação do PCA é realmente deplorável, apesar da aparatosa sede do Comitê Central, uma fortaleza próxima ao Congresso em Buenos Aires. Um partido que obteve pouco mais de 1% dos votos em 1983. Distanciado do povo e da luta pelo socialismo, sua representatividade é baixíssima. Na província de Tucumán, por exemplo, tradicional reduto vermelho, o PCA tem apenas três vereadores em duas localidades, Monteros e Tafi Viejo.

O PCA se opôs tenazmente à decretação do atual estado de sítio, que foi um instrumento extremo e necessário para o governo desbaratar o terrorismo de direita e que teve amplo apoio popular.

A desorientação(?) política do PCA é fruto de seu desvio ideológico. Ao invés de divulgar o socialismo científico, faz propaganda do social-imperialismo russo. Os princípios do marxismo-leninismo são esquecidos ou difamados, em especial a ditadura do proletariado. Segundo a diretoria de cultura do Comitê Central do PCA, só há uma explicação para que no Brasil haja um partido (PC do B) que defenda a ditadura do proletariado: a triste herança do totalitarismo a que estivemos submetidos. Segundo essa concepção, a ditadura do proletariado é fruto do militarismo...

De fato não há, na Argentina, um partido do proletariado, e isto produz um crescente desespero e ansiedade da classe oprimida. O povo argentino tem potencial revolucionário, sabe que sua pátria foi traída, que lhe enganaram e que o fazem adorar os próprios traidores da pátria

como heróis, como Rivadavia, Urquiza, Lavalle, Sarmiento, Roca.

A Unión Cívica Radical (UCR), fundada por Leandro N. Alem em 1890, é um partido que esteve no poder de 1916 a 1930, durante as presidências de Hipólito Yrigoyen e Marcelo Torcuato e Alvear - "la década feliz", que foi seguida pela "década infame", quando o entreguismo voltou furioso, implantando a "democracia restringida".

Hoje Hipólito Yrigoyen (1852-1933) é um herói nacional. Foi um líder mais consequente e avançado que Perón. E nenhum presidente argentino foi tão difamado pela oligarquia do Jockey Club. Chamavam-lhe de "peludo" (tatu), "el peludo bárbaro", "el peludo maximalista" (por causa de sua amizade a Ingenieros, admirador da Revolução de 1917), etc.

A UCR é um partido burguês, porém com bandeiras antiimperialistas e antioligárquicas. Falta um partido proletário capaz de fazer avançar estas bandeiras. Os chamados partidos de esquerda (PJ, PI, PC, PS, PO etc), ao contrário do povo argentino, não vêem qualquer bandeira progressista no radicalismo. Sua fórmula é: ou os radicais ou as esquerdas. Se os radicais tomam qualquer medida progressista são combatidos pelos "donos do progressismo". Esse comportamento desacredita inteiramente esses partidos, o que se reflete no "Afonsinazo" de 3 de novembro.

A situação econômica da classe operária argentina é péssima. O salário básico é de A 60- A 80 (60 a 80 australes, a moeda local). Isso, no entanto, é o que ganham os que têm a sorte de escapar da crescente "desocupación" - desemprego. (J.A.L., Pelotas - RS)

## Batalha faz ato para ter escola de 2º grau

O jornal Pau de Arara, de Batalha (Piauí), promoveu no dia 15 um ato público pela construção de um colégio de 2º grau. Para o ato foram convidadas todas as autoridades municipais, bem como representantes dos partidos políticos.

O debate teve início às 8 horas da noite, com a presença do diretor do ginásio Messias Filho, dr. Francisco de Assis da Costa; do representante da PJMP, o jovem Valfrido Viana; a representante do grupo de jovens, Ana Amélia; e Maria de Divindade (Jansão), representante do Partido Comunista do Brasil, único a participar do encontro, apesar de não ter sido convidado. O ato contou com a presença de muitas pessoas. (A.C.B., Batalha - PI)

é necessário que se respeite os direitos do cidadão" e que "o ensino no nosso país tem sido deturpado, tem sido um dos piores do mundo".

A representante do PC do B em Batalha afirmou que "a oligarquia local subjugou a Educação a último plano" e que "o PC do B não promete, mas sim organiza o povo para lutar por seus direitos", e convidou todos os estudantes a ingressarem no partido dos comunistas.

Valfrido Viana, da PJMP, declarou que "agora é o começo de nossa luta. Esse ato público é um marco na batalha por um ensino de 2º grau". O ato contou com a presença de muitas pessoas. (A.C.B., Batalha - PI)

## Lei para garantir o direito à creche

No dia 21 aconteceu um fato de grande importância para os trabalhadores e suas famílias: o Conselho Estadual da Condição Feminina (São Paulo), juntamente com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e um grupo de sindicatos, entregou ao ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, o projeto de lei que muda a legislação trabalhista nos artigos referentes à creche para filhos de trabalhadores.

O projeto de lei institui creches para os filhos de todos os trabalhadores, mulheres e homens, e limita os convênios de empresas com creches particulares - o que só poderá ocorrer quando comprovada a impossibilidade técnica das empresas em construir a creche nas suas próprias dependências. Somente quando as empresas não tiverem espaço físico adequado, ou possuírem poluição química, sonora ou ambiental - e isso deve ser comprovado por órgãos públicos - poderão construir a creche fora do âmbito da empresa, e a uma distância que não ultrapasse 1,5 Km. A multa para as empresas que não cumprirem a lei será de 5 a 50 salários referência, mensais, por criança desassistida. Esta verba deverá ser aplicada na educação de crianças.

Não há dúvidas de que este projeto de lei é uma iniciativa



audaciosa, que visa garantir o direito da criança à guarda, proteção e educação. Trabalhadores de várias categorias participaram na sua elaboração. O Ministério do Trabalho deverá, agora, encaminhá-lo ao Congresso para votação. É fundamental que entidades sin-

dicaís, estudantis, feministas, de bairro etc. enviem mensagens de apoio a esta proposta e pressionem o Congresso para a sua aprovação.

Evidentemente, a questão da criança pequena não se resolverá apenas com alterações das leis trabalhistas. São

necessárias medidas políticas urgentes, e o processo deverá avançar no sentido de conquistar direitos que garantam à criança o desenvolvimento pleno da cidadania. (Maria Amélia de Almeida Teles, coord. da Comissão de Creche do CECF - São Paulo - SP)

## Vamos democratizar a Unifor!

A chapa "A hora é essa" saiu vitoriosa nas eleições do DCE da Universidade de Fortaleza, ocorridas dias 7 e 8 de novembro, com uma maioria de 1.770 votos. A nova diretoria eleita, formada por jovens lideranças, é resultante de um amplo debate ocorrido nos diversos cursos.

O novo presidente do DCE, Kenedy de Araújo, do curso de Engenharia Civil, falando sobre as metas da sua gestão destaca a "necessidade da democratização da Unifor, a luta pela reforma universitária, a ampliação das discussões

sobre a Constituinte junto à comunidade, além de uma reivindicação antiga, a construção do Restaurante Universitário. Vamos democratizar a Unifor!", conclama.

O lado lamentável desse processo eleitoral é a tentativa de fraude, feita pela chapa derrotada (apoiada pelo PT), chegando inclusive a apelar para a violência. Essa atitude foi rejeitada pelos estudantes, que comemoraram intensamente a vitória. A chapa "A hora é essa" toma posse dia 29 com um grande show. (amigos da T.O. na Unifor - Ceará)

## Avanço do movimento secundarista

No dia 23 de novembro aconteceu o congresso de fundação da União Guaçuana dos Estudantes Secundaristas em Mogi Guaçu, região de Campinas. Das 20 escolas da cidade, 16 compareceram, totalizando 100 delegados e muitos observadores. O prefeito Carlos Nelson Bueno saudou os congressistas.

A UGES lutará pela criação de mais escolas de 2º grau e técnico no município; formará Grêmios em todas as escolas etc. Também no plano político nacional, a UGES se coloca em defesa dos anseios dos jovens e dos interesses populares e nacionais, que devem ser contemplados na

nova Constituição. Marta, da escola Luiz Martini, foi eleita presidente da UGES.

O movimento secundarista registra um avanço em São Paulo, e a fundação da UGES é uma demonstração disso. Temos a tarefa de atingir e organizar cerca de 5 milhões de estudantes do Estado. É preciso construir as entidades com garra, responsabilidade e seriedade. A juventude estudantil tem toda a capacidade, sua criatividade e disposição a dedicar à construção de um novo Brasil.

(Sueli Scutti, presidenta da União Paulista dos Estudantes Secundaristas)

Centro de Documentação e Memória Fundação Inocência Graciosa

# 10 anos sem o humanismo radical de Érico Veríssimo

"O escritor deve denunciar. Só denunciar, porque a solução cabe aos sociólogos, aos economistas, aos políticos. Toda minha vida tentaram me envolver em partidos políticos e nunca aceitei. No entanto, minha posição sempre foi clara. Eu não sou político e acho que a melhor coisa que posso fazer é falar com franqueza. Coisa que sempre tenho feito". Neste dia 28 fez dez anos que o autor dessa declaração morreu: Érico Veríssimo, um dos maiores criadores da literatura brasileira contemporânea, que numa carreira de quatro décadas e mais de 40 títulos publicados deixou alguns dos mais importantes romances brasileiros deste século.

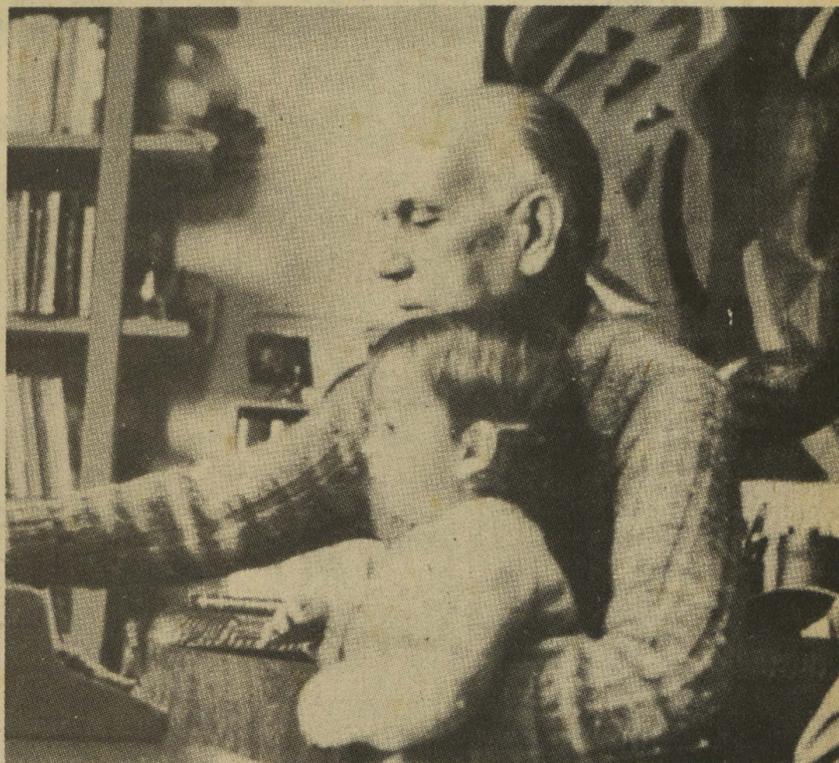
Alguns dos episódios e personagens do maior romance de Veríssimo, a trilogia "O tempo e o vento", foram popularizados pelo cinema e pela televisão - o Capitão Rodrigo, Ana Terra, Bibiana, Terra Cambará, as guerras civis ocorridas no Rio Grande do Sul etc.

"O acaso é o maior romancista do mundo; para ser-se fecundo basta estudá-lo" afirmou Balzac no prefácio de "Comédia Humana". "Ao fazer o inventário dos vícios e das virtudes - contínuo -, ao unir os principais fatos das paixões, ao pintar os caracteres, ao escolher os acontecimentos mais relevantes da sociedade, ao compor os tipos pela reunião dos traços de múltiplos caracteres homogêneos, poderia, talvez, alcançar escrever a história esquecida por tantos historiadores, a dos costumes". Balzac quase formula, aqui, um programa que se aplica com perfeição a Érico Veríssimo

### ÊXITO NA ESTRÉIA

Sua estréia, com "Clarissa", ocorreu em um ano marcante para nossa literatura: 1933, o mesmo em que Jorge Amado e Graciliano Ramos publicavam pela primeira vez. Nesse romance já transparecia o humanista que, com olhar certo, flagraria o cotidiano da classe média e da burguesia emergente do Rio Grande do Sul, seus pequenos sonhos e dramas, seu comportamento surpreendido ao vivo, sem retoques ou atenuações. Humanismo burguês, no sentido clássico - liberal, individualista, mundano, democrático. Érico Veríssimo tornou-se um escritor muito popular, um dos mais lidos nos anos quarenta. "Olhai os lírios do campo", publicado em 1938, teve uma tiragem inédita para a época e mesmo hoje poucas vezes superada por escritores novos: 62 mil exemplares.

Érico Veríssimo foi um



Ao longo de sua carreira Érico Veríssimo escreveu mais de 40 livros

escritor gaúcho, principalmente. Mas o regionalismo, longe de ser uma limitação, foi fator de universalidade em sua obra. Ele soube destacar o universal no regional, ao observar a experiência de sua gente e classe, e destacar os traços de uma problemática humana e profunda e compartilhada por gente de outras plagas. "O tempo e o vento", sua obra maior, é talvez aquela que, sendo mais regional - trata-se da saga das elites gaúchas desde a fundação do Rio Grande do Sul até nossos dias - é também a mais universal, aquela onde os problemas centrais da sociedade brasileira são parte substancial da trama, associados a temas permanentes, universais e essenciais, como a luta pela liberdade, contra a tirania; a luta pela vida, em formas agudas, como a guerra; a luta pela terra.

### FORÇA ÉPICA

Érico Veríssimo levou 10 anos para elaborar "O tempo e o vento", cuja primeira parte, "O continente", foi publicada em 1949. Seguiram-se "O retrato" (1951) e "O arquipélago" (1962), completando a trilogia. Resultado de minucioso trabalho de pesquisa e reconstrução histórica, nessa obra "se enredam destios individuais e episódios coletivos, com uma força verdadeiramente épica, abarcando várias gerações, desde o início da colonização do Rio Grande do Sul até os tempos de hoje", afirmou Guilhermino Cesar, da UFRS (no capítulo "Poesia e Prosa de Ficção", publicado em "O Brasil Republicano", organizado por Bóris Fausto, v. 4, T.III).

Em "O tempo e o vento" e depois em "Incidente em

Antares" (1971), o humanismo radical e progressista de Érico Veríssimo abandona seu cunho principalmente individualista (marcante em "Olhai os lírios do campo") e privilegia os grandes movimentos sociais onde a individualidade se realiza (e se dissolve, contraditoriamente) na busca de caminhos coletivos. Com sua obra, afirmou Guilhermino Cesar, "Érico Veríssimo completou um painel que jazia inacabado. Com efeito, Alencar deu representatividade, no romance, ao passado colonial e acompanhou a sociedade até a formação da burguesia sob o Segundo Reinado; Machado de Assis seguiu os passos dessa burguesia - notadamente a carioca - até o princípio do século XX."

### HÁBIL ARTESÃO

Influenciado por autores ingleses e americanos contemporâneos, embodando-se da experiência teatral (notadamente de Ibsen, ele próprio acentuava), Érico Veríssimo foi, na literatura, um hábil artesão e um mestre da montagem. Desenvolveu uma forma de expressão própria, com emprego de técnicas modernas de narração, tomadas muitas vezes à experiência cinematográfica: simultaneísmo, justaposição e superposição de quadros, ação endossada, ambientação e detalhamento material ou circunstancial. A preocupação formal dava-se principalmente ao nível global, de concepção e planejamento da obra, subordinando-a às necessidades da expressão temática. Ele era avesso a malabarismos verbais que complicam a compreensão; usava uma linguagem simples, desprezava preciosis-

mos vocabulares e outros artifícios, procurando uma narrativa fluente, cujo objetivo era criar vida, tornar verossímeis as situações relacionadas.

### HOMEM E VIDA

Homem modesto, ex-farmacêutico que se tornou escritor apolítico, sua sensibilidade fez com que privilegiasse a política como tema central de "O tempo e o vento" e de "Incidente em Antares". Em "Solo de Clarineta", seu livro de memórias, ele afirma que "o engajamento dum escritor deve ser com homem e vida, no sentido mais amplo e profundo dessas palavras". A esse engajamento ele nunca fugiu.

Adversário feroz das tiranias, Veríssimo nunca perdeu oportunidades de levantar sua voz contra o terrorismo, a tortura, a censura. Em 1973, recusou-se a aceitar um título Honoris causa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: "eu não aceitaria o título de uma Universidade ocupada, que expurga professores e alunos", explicou.

"Hoje em dia a gente não deve perder qualquer oportunidade de criticar o fascismo", afirmou em outra ocasião, numa entrevista sobre o segundo volume de sua memórias. Humanista - ele dizia-se "dentro do campo do humanismo socialista" -, desprezava as tiranias e, embora tenha lastreado em sua obra a trajetória da burguesia ascendente, acreditava que o resultado das lutas que narrou seria, necessariamente, um país melhor, um mundo melhor para todos os homens.

(Carlos Henrique)



O Comercial ganhou do Corinthians, mas não impediu sua classificação

## Em São Paulo quem ganha o jogo é o advogado

O futebol brasileiro está no bico do corvo esperneando, gritando pela ajuda da mãe, porém incapaz de se libertar das tenazes da ave voraz e de rapina da incompetência.

Já faz tempo que os campeonatos oficiais se transformaram num triste desfile de violência gratuita, administração corrupta e futebol de péssima qualidade. O último campeonato brasileiro, vencido pelo Curitiba, para lembrar os esquecidos, foi um triste exemplo que em nada contribuiu para minorar a angústia da presa do urubu.

São Paulo é uma amostra. O último grande time que empolgou a torcida paulista - o Palmeiras de Luis Pereira, Dudu, Ademir da Guia e Leivinha - foi desmontado em 1974. Depois dele, apenas alguns bons momentos do São Paulo de Oscar e Serginho e do Corinthians de Sócrates e Casagrande, que devem seu brilho muito mais à ausência de adversários do que às suas próprias virtudes.

### MÁGICA DOS CARTOLAS

Entretanto, nada se viu antes do Campeonato da Primeira Divisão deste ano. Suplantou até mesmo o vexaminoso título levantado pelo Santos em 1978, campeão após perder a final para o São Paulo na prorrogação, numa dessas incompreensíveis mágicas que os cartolas constroem nos regulamentos.

Os corinthianos, nas últimas rodadas, não tocaram pelo seu time, e sim pelos que poderiam eliminar seus rivais na luta por uma vaga nas finais. Estavam certos. O Corinthians, nas 19 partidas do segundo turno,

ganhou apenas quatro e marcou paupérrimos 12 gols. Passou às finais mesmo assim, pois seus concorrentes foram ainda piores. A torcida mal conseguia disfarçar o constrangimento, mas os jogadores ficaram muito alegres com o prêmio de Cr\$ 10 milhões pela "classificação".

O Santos, campeão do ano passado, acabou em 6º lugar e devendo até o dinheiro das passagens de ônibus das viagens do primeiro turno. O Palmeiras perdeu a vaga das finais ao ser batido pelo XV de Jaú, 11º colocado, dentro da própria casa, na última rodada, mesmo sendo favorecido pelas derrotas, no mesmo dia, de Corinthians e Ferroviária.

Portuguesa e São Paulo escaparam do desastre geral fazendo campanha pouco acima da mediocridade. Vão às finais levando a maior dose de favoritismo e as poucas novidades desta sofrível temporada do futebol paulista. Que, aliás, esteve ameaçado até as vésperas da data marcada para o início das finais, por um recurso acionado pela Ferroviária de Araraquara tentando reaver um ponto perdido nos tribunais esportivos.

### GOL DE ADVOGADO

Da mesma forma como foram paralisadas as finais da segunda e terceira divisões de profissionais por apelações às cortes da Justiça desportiva e comum feitas pelas equipes eliminadas. O que acaba demonstrando que, dada à falta de craques no mercado, a contratação de um bom advogado ajuda bastante. Mesmo que ele, como a maioria dos atuais atacantes, não marque nenhum gol.

(Jessé Madureira)

## Poesia em cartão postal

No próximo dia 6 a Livraria e Espaço Alternativo Arte Pau-Brasil faz o lançamento de sua coleção "Uma boa dose de poesia", cartões poéticos que reúnem trabalhos de Fred Maia, Petia, Paulo Lima, Marlene dos Santos, Martha Medeiros, Elisa, Laerte Ferreira, Ricardo Tupper, Eli Sumida, Antônio Palma Filho, Odete Conceição Dias, Alonso Alvarez. São 39 novas criações de cartões poéticos coloridos, com poesias, fotos e desenhos. O lançamento da coleção será às 19 horas, na Arte Pau Brasil, rua Vergueiro, 923, em frente ao Centro Cultural São Paulo. Cada cartão custa Cr\$ 2 mil, e livra-

rias, entidades estudantis e populares têm desconto de 30%. Pedidos também pelo reembolso postal.

Se você for exatamente como imagino igualzinho aos meus sonhos eu vou embora.

Detesto desmancha-prazeres.

LIVROS - REVISTAS - POSTERS  
POSTAIS - DISCOS - CAMISETAS  
EXPOSIÇÕES

**ARTE PAUBRASIL**  
ESPAÇO ALTERNATIVO

RUA VERGUEIRO, 923 - PARAÍSO - SP  
(FRENTE AO CENTRO CULTURAL SP)  
Fone: 279-0147 - CEP 01504  
SEG. A SÁB. 10 AS 23 HS.  
DOM. 16 AS 23 HS.

## Tribuna Operária

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318.  
Telefone: 36-7531 (DDD 011)  
Telex: 01132133 TLOBR  
Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira  
Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Olívia Rangel.  
ACRE - Rio Branco: Edifício Felício Abranches 2º andar sala 32 - CEP 69900.  
ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luis Pereira Lima, 237, sobreloja, CEP 57000. Maceió: Rua Cincinato Pinto, 183 - Centro - CEP 57000.  
AMAZONAS - Manaus: Rua Simon Bolívar, 231, (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - Rua João Pessoa, 53, São Lázaro. Telefone: 237-6644 - CEP 69000.  
BAHIA - Camaçari: Rua José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800. Feira de Santana: Av. Senhor dos Passos, nº 1399 - 2º andar - sala 1415 - CEP 44100.  
Itabuna: Av. do Cinquentenário, 928, 1º andar sala 1 - Centro - CEP 45600. Itapetinga: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar - Centro. Juazeiro: Rua Américo Alves, 6-A - CEP 44060. Paratinga: Rua Pereira Moacir, 96 - CEP 47500. Salvador: Rua Conselheiro Junqueira Ayres, 41 - CEP 41000. Simões Filho: Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Cimesf) - CEP 43700.  
DISTRITO FEDERAL - Brasília: Edifício Venâncio IV, sala 312 - CEP 70302.  
CEARÁ - Fortaleza: Rua Barão do Rio Branco, 1809 - Centro - CEP 60000. Iguaçu: Rua Floriano Peixoto, 408, 2º andar - CEP 63500.  
Sobrel: Av. Dom José, 1236, sala 4 - CEP 62100.  
ESPÍRITO SANTO - Cachoeiro do Itapemirim: Praça Gerônimo

Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29300. Vitória: Rua Duque de Caxias, 112, Edifício Aguirre, sala 15 - CEP 29000.  
GOIÁS - Goiânia: Rua 3, Nº 380, casa 6 - Centro - CEP 74000. Anápolis: Rua 14 de Julho, 821 - Centro - CEP 77100.  
MARANHÃO - São Luís: Rua do Egito, 76 - Centro - CEP 65000.  
MATO GROSSO - Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548 - Fone: 321-5095 - CEP 78000.  
MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande: Rua Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100.  
MINAS GERAIS - Belo Horizonte: Rua Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000.  
PARÁ - Belém: Rua Manoel Barata, 993 - CEP 66000.  
PARAÍBA - João Pessoa: Praça 1817, nº 116, 2º andar - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Praça da Bandeira, 117, 1º andar - Centro - CEP 58100.  
PARANÁ - Curitiba: Rua Comendador Fontana, 88, Fone: 253-7961, CEP 80000.  
Londrina: Rua Sergipe, 984, sala 206, 2º andar - CEP 86100.  
PIAUI - Teresina: Rua Barros, 144-N, 1º andar, sala 4 - CEP 64000.  
PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vígrio Batista, 236, CEP 54500. Garanhuns: Rua Dantas Barreto, 5, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: Rua do Sonogó, 221, Boa Vista - CEP 50000.  
RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Av. Deodoro, 776 - Cidade Alta - R.N. CEP 59000.  
RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre: Rua dos Andradas, 1204, 3º andar, sala 3 - CEP 90000. Bento Gonçalves: Rua Dr. Casagrande, 58 - CEP 95700. Caxias do Sul: Rua Bento Gonçalves, 2048 - CEP 95100. Pelotas: Rua Andra Neves 1589,

sala 403 - CEP 96100. Cachoeirinha: Av. Flores da Cunha, 1235, sala 20 aberto depois das 18 horas e aos sábados das 9 às 12 horas. Santa Maria: Rua Dr. Bozano, 1147, sala 410 - Centro - CEP 97100. Rio Grande: Rua Gen. Vitorino, 746-A - CEP 96200.  
RJUÍ: Rua 15 de Novembro, Edifício Nelson Luchese, s/ 23, 2º andar.

RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro: Rua Evaristo da Veiga, 16, sala 504 - CEP 20000. Niterói: Av. Amarel Peixoto, 370, sala 808 - Centro - CEP 24000. Duque de Caxias: Rua Nunes Alves, 40, sala 101 - CEP 25000. Nova Iguaçu: Travessa Renato Pedrosa, 33, sala 319 - CEP 26000.

SANTA CATARINA - Florianópolis: Praça XV de Novembro, 21, sala 705 - CEP 88000.  
SÃO PAULO - Americana: Av. Dr. Antônio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470. Campinas: Rua Senador Saravia, 448, fone: 2-6345 - CEP 13100. Marília: Rua Dom Pedro, 180 - CEP 17500. Osasco: Rua Ten. Aveclar Pires de Azevedo, 26, 2º andar, sala 12 - CEP 06000. São Carlos: Av. São Carlos, 219, Caixa Postal 533 - CEP 13560. Taubaté: Rua Antônio Ortiz Monteiro, 41 - CEP 12100. São José dos Campos: Rua Vilaça, 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200. Guarulhos: Rua Padre Celestino, 42, sala 8, 2º andar - CEP 12200.  
SERGIPE - Aracaju: Av. Rio Branco, Edifício Ovídio Teixeira, sala 1220 - CEP 49000.

A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição, Past-Up e Fotolito, Litare Fotolitos Ltda. Fone: 279-3646. Impressão Cia Jorces. Fone: 815-4999 - São Paulo - S.P.

Faça cinco assinaturas da Tribuna Operária e ganhe uma de brinde! Colabore para o fortalecimento da imprensa operária.

Sim, eu quero receber a Tribuna Operária. Envio junto com este cupom um cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda., pela seguinte opção de assinatura:

Anual (52 edições)  Cr\$ 160 mil  
Anual popular (52 edições)  Cr\$ 80 mil  
Semestral (26 edições)  Cr\$ 80 mil  
Semestral popular (26 edições)  Cr\$ 40 mil  
Trimestral (13 edições)  Cr\$ 20 mil  
Anual para o exterior (em dólares)  US\$ 70

Nome: .....  
Endereço: .....  
Bairro: .....  
Cidade: ..... CEP: .....  
Estado: .....  
Profissão: .....  
Data: .....

Enderece a carta com seu pedido de assinatura para a Editora Anita Garibaldi: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318.

**CDM**  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois

# Um camponês baiano na terra de Sandino

Por 10 dias o posseiro Boaventura Santos Ribeiro, o "Boinha", uma das principais lideranças de Poxim, município de Canavieiras, Bahia, deixou o facão e a enxada e foi para a pátria de Sandino, a Nicarágua. "Boinha" fez parte da comitiva de trabalhadores rurais que viu de perto o trabalho dos "camponeses" nicaraguenses na luta pela construção de um país novo, livre e independente.

O que mais impressionou o lavrador baiano foi a união do povo da Nicarágua num só ideal: defender a pátria. Ouviu dos camponeses e guardou na memória: "A águia - símbolo dos Estados Unidos - jamais pousará novamente nestes campos". Acostumado a ver a miséria nos campos e fazendas de cacau do sul da Bahia, "Boinha" viu os trabalhadores rurais nicaraguenses com um padrão de vida melhor.

Ele visitou as Cooperativas Agrícolas Sandinistas (CAS) Triunfo de Sandino, Bruno Manzaneres, Camilo Ortega, Silvio Parrales Calero, Deriomo las Crusitas. Também conheceu a Associação de Trabalhadores do Campo, União Nacional de Agricultores, Central Sandinista de Trabalhadores, Projeto Chiltepe (leiteiro), Centro Antônio Valdivieso e o Ministério do Desenvolvimento e Reforma Agrária.

"Visitei cinco cooperativas", diz ele, lembrando na passagem pela Triunfo de Sandino, "com 45 famílias. Vi um povo que não passa fome, todos de pé, erguidos. As casas são decentes, com sanitários e banheiros. Homens, mulheres e crianças andam calçados, coisa que não se vê normalmente na Bahia e no Brasil".

## A maioria dos dirigentes das cooperativas é composta de jovens, alguns com 15 anos

Boaventura confessa que tinha muita expectativa diante do que se comentava da Nicarágua. País pobre, com um desenvolvimento industrial pequeno, cercado pelo imperialismo norte-americano. "Achava que o povo trabalhasse muito prisioneiro, levando uma vida precária, até de miséria", comenta. Mas ao pisar no país e sentir a realidade,



Os camponeses trabalham armados, pois os mercenários da CIA espalham a morte

conta, "vi um povo bravo, empenhado em construir um país livre e independente".

O posseiro baiano assistiu a tenacidade do camponês nicaraguense, utilizando a criatividade para cultivar o campo, trabalhando com rústicos arados de madeira com bico de ferro, arrastados por bois. As máquinas foram quebradas pelos imperialistas e pelos latifundiários que fugiram após a revolução popular.

Outra coisa que atraiu a atenção de Boaventura foi a grande quantidade de dirigentes jovens nas cooperativas, com 15, 16, 17 e 18 anos. procurou saber o motivo, e de imediato veio a resposta: "Toda a revolução foi feita com a força da juventude. Por isso os dirigentes são jovens. Mesmo os velhos camponeses já têm consciência que o destino da nação está na força da juventude".

Nas cinco cooperativas "Boinha" presenciou a produção de banana, milho, café, cana. Produtos que só são

entregues ao governo da Frente Sandinista, principalmente porque são para ajudar a luta da frente armada. Também os trabalhadores da cooperativa estão armados "até os dentes", incluindo crianças de 11 anos, "que andam com sua 'macaca' debaixo do braço". Os sindicatos organizam as idas dos trabalhadores para a frente de batalha. São 15 dias de trabalho no campo e 15 dias na frente de luta.

"Boinha" notou até a alimentação básica dos camponeses: arroz, feijão, óleo de soja, banana, peixe (regrado, por causa da luta), leite distribuído de acordo com a quantidade dos filhos. "O povo prefere passar fome a se render ao imperialismo", comenta.

Nas conversas com os trabalhadores, Boaventura compreendeu o esforço da luta do povo, ora com a enxada, ora com a arma na mão: "Dizem que participam porque são livres do

imperialismo. Vão para o combate para que a vitória fique para os futuros filhos da nação, de serem livres e independentes. Um trabalhador me disse: 'Antes morto em pé, do que de joelho pedindo'. Nas cooperativas são realizadas chamadas dos trabalhadores e os ausentes, mortos em combate, são reverenciados com o 'presente', falado em voz alta, para que jamais sejam esquecidos".

## "A Nicarágua não se vende e nem se rende", dizem, com orgulho, os nicaraguenses

A comitiva brasileira visitou o túmulo do comandante guerrilheiro das FSLN, Carlos Fonseca Amador, morto em combate. Boaventura perguntou onde ficava o túmulo de Sandino, e um camponês respondeu: "Estamos de pé no túmulo de Sandino". Boaventura não entendeu, e o nicaraguense explicou: "A Nicarágua é o túmulo de Sandino e o defenderemos até a morte". Os nicaraguenses costumam afirmar: "A Nicarágua não se vende e nem se rende".

O camponês baiano conversou com os nicaraguenses sobre o povo brasileiro: "Eles são de opinião que o Brasil é escravo dos grandes latifundiários e do imperialismo norte-americano. Isso eles lêem pelos jornais e acompanham o desenvolvimento da dívida externa do Brasil, da dependência ao Fundo Monetário Internacional, e sentem muita tristeza".

No final da visita, ficou a certeza para Boaventura de que o povo da Nicarágua quer ver um dia toda a América Latina libertada. Cada nação sendo dona de si própria e os trabalhadores do campo e da cidade tendo melhores dias: "Queremos pessoas de todos os povos iguais, todos os países livres". (Luiz Sérgio Rocha, da sucursal de Salvador)

# Banqueiros pressionam pelos créditos nos bancos em liquidação

No bojo da liquidação extrajudicial dos bancos Comind, Auxiliar e Maisonnave, o governo Sarney promete comprar uma briga importante com a "comunidade financeira" imperialista: diz que não vai arcar com a dívida externa dos grupos naufragados. São 455 milhões de dólares (perto de 8,7 milhões de salários-mínimos) e os credores ficaram "furiosos"...

Quem usou o termo "furiosos" foi o correspondente em São Paulo do jornal inglês "Guardian", escrevendo a reação dos banqueiros que emprestaram o dinheiro. E não é para menos, segundo a lógica imperialista, pois no tempo da ditadura o governo brasileiro, em casos como este, pagava religiosa e preferencialmente, com fundos públicos, as dívidas externas dos grupos brasileiros que iam a pique.

## NADA COM O PEIXE

No entanto, não existe qualquer motivo legal, ou ético, ou outro qualquer para a manutenção dessa prática entreguista. Os dólares em questão foram emprestados através da Resolução 63 (que regula as operações de financiamento de bancos estrangeiros a empresas nacionais). O governo brasileiro não é fiador ou avalista desse tipo de operações - nada tem a ver com o peixe. Os bancos estrangeiros que fazem tais empréstimos cobram inclusive, além dos juros usuais, uma "taxa de risco" justamente para se garantirem contra casos como o do Comind.

Com base nesses argumentos, o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, acentuou: "Se não estamos pagando os brasileiros, não vamos pagar os estrangeiros". O atual presidente do Banco Central do Brasil, Fernão Bracher, assegurou que os bancos internacionais envolvidos terão um tratamento normal, de acordo com o que a legislação brasileira prevê: isto significa esperar na fila e, como o rombo dos grupos em questão soma Cr\$ 6,8 trilhões, mais do que provavelmente não receberão nada. "É uma operação de risco", lembra Bracher. "O governo federal não tem qualquer responsabilidade pelas dívidas dos bancos Comind e Auxiliar com as instituições financeiras internacionais", confirma Camilo Calazans, presidente do Banco do Brasil. De fato, não faria sentido realizar esses pagamentos, mais ainda quando os 25 mil trabalhadores dos grupos se vêem obrigados a ir em luta, para garantirem ao menos seus direitos trabalhistas e seis meses de estabilidade.

## AGORA, A CHANTAGEM

A intenção do governo brasileiro foi logo bombardeada pelos banqueiros. Fernão Bracher, ironizando a reação dos credores, comentou: "Naturalmente eles ficaram tristes, fizeram cara feia, mostraram a língua".

O capital financeiro internacional

tem, contudo, outros meios de mostrar a fúria bem mais contundente que as caras feias e línguas à mostra. Com o Brasil estrangulado por uma dívida externa que já beira os 120 milhões de dólares, os credores têm vastas oportunidades para praticar sua chantagem. Ameaçaram não renovar as linhas de créditos comerciais e interbancários (que dão suporte às exportações e importações brasileiras) na próxima rodada de renegociação da dívida, em janeiro. E aconselharam o governo Sarney a procurar uma solução mais "adequada", ou seja, a volta ao velho esquema da ditadura.

Neste braço de ferro há enormes interesses em jogo e forças interessadas. Do lado imperialista, estão não somente os bancos que emprestaram dinheiro ao Comind, Auxiliar e Maisonnave, mas também o conjunto do sistema financeiro internacional, interessado em manter os devedores de cabeça baixa, pagando muito e reclamando pouco. Do lado brasileiro, o governo não é o único e nem pode ser o principal fator de resistência pois no caso de um recuo das autoridades financeiras seria todo o país que pagaria o pato - em dólares e em soberania nacional.

## O EFEITO DOMINÓ

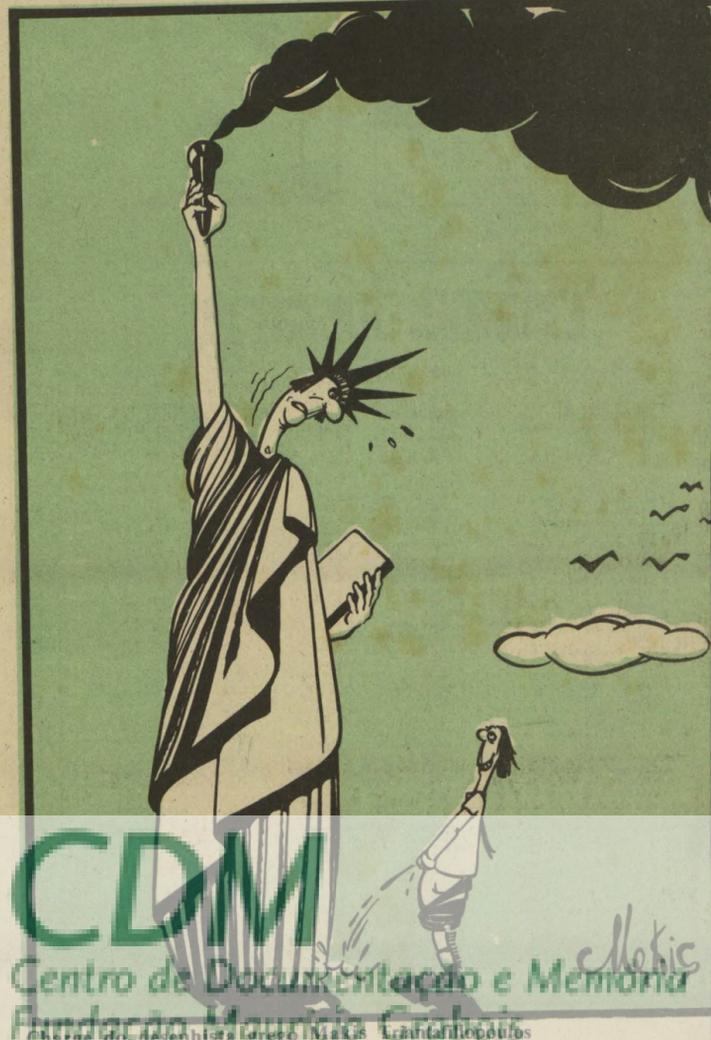
O resultado da contenda significará bem mais que os 455 milhões de dólares diretamente envolvidos - que já não constituem pouca coisa. Articulado com o caso Comind está, por exemplo, a pressão que o Fundo Monetário exerce sobre a Nova República, para que reativasse o famigerado Decreto-Lei 2.045 do arrocho salarial, reajustando os salários em apenas 80% do INPC, conforme denunciou quarta-feira passada o ministro Dilson Funaro. Está também a exigência de que o Brasil engula o chamado "plano Baker" dos norte-americanos, que "rola" as dívidas externas dos países dependentes em troca da abertura de mercados e da privatização/desnacionalização de empresas estatais. Está, ainda, a imposição do FMI como bisbilhotador e tutor da economia brasileira.

Funciona no caso o célebre efeito dominó. Se o Brasil cede no caso Comind, os banqueiros avançam sobre as outras peças. Se resistem, ampliam-se as condições para uma pressão patriótica maior e mais frutífera sobre o tratamento da dívida no seu conjunto.

Neste setor, a dura verdade é que as mudanças ocorridas até agora com a Nova República são bem mais retóricas do que reais. O grande problema pagar ou não pagar - continua a ser tratado à moda antiga, ou seja pagando. O episódio Comind é portanto, em certo sentido, uma novidade. E os desdobramentos da novel vão depender, em grande parte, da capacidade que o movimento patriótico e popular demonstrar para interferir no processo abrindo caminho para decisões mais corajosas.



O sindicato escala os trabalhadores que vão para a frente armada, e todos defendem a pátria



CDM  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois